



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PREGÃO ELETRÔNICO DPRJ Nº. 024/2017**

**EDITAL**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE TRANSPORTE DE DADOS E ACESSO À INTERNET DE ACORDO COM CONSUMO.**

**ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS** - As propostas iniciais deverão ser encaminhadas, conforme modelo de **PROPOSTA DETALHE - ANEXO II**, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br)

**IMPORTANTE**

<b>Encerramento de Recebimento das Propostas até:</b>	22/08/2017 às 14:00 horas no endereço acima
<b>Data da Abertura da Sessão:</b>	22/08/2017 às 14:00 horas no endereço acima
<b>Data do Início da Disputa de Preços:</b>	22/08/2017 às 14:05 horas no endereço acima
<b>Tempo de Disputa:</b>	Determinado pelo Pregoeiro durante a disputa.

**Referência de Tempo:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PREGÃO ELETRÔNICO DPRJ Nº. 024/2017**

**ÍNDICE**

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. DO OBJETO**
- 3. DA ABERTURA**
- 4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 5. TIPO DE LICITAÇÃO**
- 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 7. CREDENCIAMENTO**
- 8. DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS**
- 9. DA PROPOSTA DE PREÇOS**
- 10. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 12. DA HABILITAÇÃO**
- 13. DOS RECURSOS**
- 14. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO**
- 15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**
- 17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL**
- 18. DO PRAZO**
- 19. DA GARANTIA**
- 20. DISPOSIÇÕES GERAIS**



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**EDITAL DE PREGÃO DPRJ Nº 024/2017**

**1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, doravante denominada DPRJ, com sede na Av. Marechal Câmara, nº 314, Centro, Rio de Janeiro / RJ, torna público que, devidamente autorizado pela Secretária Geral **DRA. MARCIA CRISTINA CARVALHO FERNANDES** na forma do disposto no processo administrativo nº **E-20/001/539/2017**, fará realizar, no dia **22/08/2017, 14:00 horas**, na Av. Marechal Câmara, nº 314, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro / RJ, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, que se regerá pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelos Decretos Estaduais nº 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, da Resolução SEPLAG Nº 429, de 11 de janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do dispositivo no presente edital.

**1.2.** A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico **www.compras.rj.gov.br**, no dia e hora indicados no item 3 deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

**1.3.** As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Estado e divulgadas na página eletrônica **www.compras.rj.gov.br**, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, por correio eletrônico ou por telefax, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

**1.4.** O edital se encontra disponível no endereço eletrônico **www.compras.rj.gov.br**, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 1 resma de papel branco, A-4, 210 X 297mm, na Av. Marechal Câmara, nº 314, 3º andar – Centro/Rio de Janeiro.

**1.5.** Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço: Av. Marechal Câmara, nº. 314, 3º andar, Centro/Rio de Janeiro, de 11:00 horas até 16:00 horas, através do telefone nº 2332-6203, ou e-mail **licitacao.dpge@gmail.com**.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**1.5.1** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo Setor responsável pela elaboração do Edital, responder aos pedidos de esclarecimentos deduzidos pelos potenciais licitantes até 24(vinte e quatro) horas, antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

**1.6.** Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2(dois) dias úteis anteriores a abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço: Av. Marechal Câmara, nº. 314, 3º andar, Centro/Rio de Janeiro, de 11:00 horas até 16:00 horas, ou através do fac-símile n.º 2332-6203 ou e-mail [licitacao.dpge@gmail.com](mailto:licitacao.dpge@gmail.com).

**1.6.1** Caberá à AUTORIDADE SUPERIOR, auxiliado pelo pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24(vinte e quatro) horas.

**1.7.** Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimentos serão divulgados mediante nota no campo específico para mensagens do **Portal de Compras SIGA** ([www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br)), ficando as empresas interessadas em participar do certame, que não adquiriram o Edital no mencionado órgão, obrigadas a acessá-las para a obtenção das informações prestadas.

### 2. DO OBJETO

**2.1.** O objeto do presente pregão é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE TRANSPORTE DE DADOS E ACESSO À INTERNET DE ACORDO COM CONSUMO, INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE NECESSÁRIO PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DA SOLUÇÃO, BEM COMO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, GERÊNCIA E SUPORTE**, conforme este Edital e seus anexos, em especial o **TERMO DE REFERENCIA – ANEXO I**, seus anexos e a **PROPOSTA DETALHE – ANEXO II**, que fazem parte do presente processo.

**2.2** É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Edital.

### 3. DA ABERTURA

**3.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital, conforme indicado abaixo:

POSIÇÃO	DIA/MÊS/ANO	HORÁRIO
Início acolhimento das propostas	10/08/2017	09:00hs
Limite acolhimento das propostas	22/08/2017	14:00hs
Data de abertura das propostas	22/08/2017	14:00hs
Data de realização do Pregão	22/08/2017	14:05hs
Processo nº	E-20/001/539/2017	
Tipo	MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE	
Prazo para impugnação	Até 02(dois) dias úteis	



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Data da publicação	10/08/2017
Endereço Eletrônico	<a href="http://www.compras.rj.gov.br">www.compras.rj.gov.br</a>
Número da licitação no portal	PE-024/17

**3.2.** Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subseqüente, independentemente de nova comunicação.

### 4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**4.1.** Os recursos necessários à realização do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**PROGRAMA DE TRABALHO: 1101.03.092.0050.5467**

**NATUREZA DA DESPESA: 3390.39**

**FONTES: 100**

### 5. TIPO DE LICITAÇÃO

**5.1.** O presente pregão eletrônico reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.**

### 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**6.1** Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela SEPLAG.

**6.2** Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**6.3** Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

**6.3.1** Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsídiam econômica ou financeiramente a outra empresa.

**6.4** Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

**6.5** O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

**6.6** No momento da abertura da sessão pública, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração Independente de Proposta constante do Anexo VI, que deverá ser apresentada no momento pelo item 14.2.1.

**6.7** O licitante deverá declarar, junto ao sistema eletrônico, que não lhe foram aplicadas penalidades de suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal, cujos efeitos ainda vigorem.

### 7. CREDENCIAMENTO

**7.1.** Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao **SIGA**, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até três dias úteis antes da data de abertura da sessão, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º do Decreto n.º 31.864/2002.

**7.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código de acesso ao SIGA.

**7.2.1** O licitante obterá o código de acesso ao SIGA, junto ao endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), clicando na área de Registro de Fornecedor que se encontra na parte do meio do portal e seguir as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.

**7.2.1.1** O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações sobre a empresa, pessoas que irão operar o **SIGA** e as famílias de itens que fornece. Após essa digitação o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo um Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Junto com esse Termo de Responsabilidade o licitante envia a documentação requerida para a SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão no endereço informado no portal.

**7.2.1.2** Após o recebimento da documentação, a SEPLAG, através do **SIGA**, enviará para o e-mail informado do licitante o código de acesso às funcionalidades do **SIGA**. Quando o licitante acessar o **SIGA** deverá colocar seu código informado e a senha: **SIGA**. Essa senha é apenas para o primeiro acesso, pois o sistema irá solicitar que o licitante digite uma senha nova, confirme essa senha e escreva uma pergunta e resposta. O sistema confirmará a nova senha que deverá ser usada nos próximos acessos.

**7.3.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a SEPLAG ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

**7.4.** A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente a SEPLAG, para imediato bloqueio de acesso.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**7.5.** O credenciamento do licitante junto ao **SIGA** implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

### 8. DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

**8.1.** Observado o disposto nos itens 06 e 07 deste edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão da licitante ao **SIGA**, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do **SIGA**, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme item 3.1 deste edital.

**8.2.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**8.3.** Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do Portal, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

**8.3.1** No momento da abertura da sessão pública, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do **Anexo VII**, que deverá ser apresentada no momento indicado pelo item 14.2.1.

**8.4.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no **SIGA** durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### 9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

**9.1.** A **Proposta de Preços** deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do **SIGA**, em campo específico, a ser integralmente preenchido.

**9.1.1.** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**9.1.1.2** O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa (Anexo II), somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

**9.1.2.** Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente, tendo que ser o preço arredondado para baixo.

**9.1.3.** Os documentos anexados durante a inserção da proposta no campo "informações adicionais" (folders, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

representantes, utilização de material ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante.

**9.1.4.** As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material constante do objeto desta licitação.

**9.1.5.** A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como, os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**9.1.6.** Quando a execução do objeto contratual envolver a prestação de serviços com mão de obra residente, a proposta de preços deverá ser formulada com base na norma coletiva da entidade representativa da respectiva categoria do local da efetiva prestação dos serviços.

**9.1.7.** Caso o licitante se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do Anexo VI do Edital.

**9.1.8.** O licitante, cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ 26/03 e a Resolução SER nº 047/2003, com alteração introduzida pela Resolução SER nº 121/2004 sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

**9.1.9.** Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

**9.1.10.1** Serão desclassificadas as propostas de preços, cujas planilhas de preços unitários ultrapasse os preços estimados em pesquisa de mercado constante dos autos do processo administrativo referente a este edital, bem como aquelas que não contemplarem todos os itens do lote único.

**9.1.10.** A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

**9.1.11.** Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão estabelecida no item 3.1.

**9.1.12.** Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da DPRJ este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

**10. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**10.1.** A partir do horário previsto no **item 3.1** deste Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e inicio da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**10.1.1** O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h00minh as 18h00minh, após esse período será bloqueado para tal finalidade.

**10.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

**10.3.** Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**10.4.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance, vedada à identificação do detentor do lance.

**10.5.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**10.6.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserto em campo próprio do sistema eletrônico, divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

**10.7.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**10.7.1** Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

**10.7.2** O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até as 17h20min, tendo em vista que às 18h00min o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

**10.8.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação e o disposto no item 9.5.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

## 11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**11.1** O julgamento obedecerá ao critério de menor preço, na forma do **item 5**. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço global, observadas as regras deste edital, especialmente o item 11.3.

**11.2** O SIGA informará o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do item 11.3 deste Edital, cabendo decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor ofertado e, ainda, negociação visando à redução do valor.

**11.3** Havendo empate no momento do julgamento das propostas será assegurada às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a licitação tenha sido vencida por empresa que não detenha tal condição.

**11.3.1** Para efeito da verificação da existência de empate no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

**11.3.2** Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances sob pena de preclusão.
- b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese para o exercício de igual direito.
- c) Na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

**11.3.3** Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**11.4** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**11.4.1** Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 10.8 e/ou subitem 11.4 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

**11.5** O sistema gerará ata circunstanciada, da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br).

**11.6** A critério do pregoeiro poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

## 12. DA HABILITAÇÃO

**12.1.1** Efetuados os procedimentos previstos no item 11 deste Edital, o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor deverá encaminhar para o seguinte endereço: Av. Marechal Câmara, nº 314, 3º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ - Comissão de Pregão, no prazo máximo de três dias úteis, contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:

- a)** declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem, na forma do Anexo VIII – Declaração de inexistência de penalidade;
- b)** os documentos de habilitação previstos no item 12.2 a 12.6;
- c)** a proposta de preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos.

**12.1.1.1** Uma vez recebidos os documentos, o Pregoeiro consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

**12.1.1.2** Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 12.1.1.1, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

**12.1.2** Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela AUTORIDADE SUPERIOR na hipótese de existência de recursos.

**12.1.3** Se o licitante desatender às exigências previstas no item 12, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**12.1.4** O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos – SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 12.2.1; 12.3.1; 12.4.1 e 12.6.1.

**12.1.4.1** Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no item 12.5.

**12.1.4.2** Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nos itens 12.2 a 12.6.

**12.2. Habilidade Jurídica**

**12.2.1** Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

**12.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**12.3.1** Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a)** prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**c)** prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

**c.1)** Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas **a** a **d**, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

**c.2)** Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

**c.2.1)** caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

**c.3)** Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

**d)** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

**e)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

**12.3.2.1** Na hipótese de tratar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

**12.3.2.2** Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

**12.3.2.3** O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**12.3.2.4** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93.

### 12.4 Qualificação Econômico-Financeira

**12.4.1** Todos os licitantes deverão apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

### 12.5 Qualificação Técnica

**12.5.1** - Será requerida das empresas licitantes, para fins de habilitação, a comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação bem-sucedida do serviço de transporte de dados e acesso à Internet para pelo menos 30% do volume de enlaces que se pretende contratar, com suas respectivas velocidades. Ou seja, a licitante deverá comprovar a prestação dos serviços para, pelo menos, 39 enlaces de 4MB, 3 enlaces de 10 MB, 2 enlaces de 20MB, 1 enlace de 40MB, 1 enlace de 100MB e 1 enlace de 300MB.

**12.5.2** Será requerida das empresas licitantes, para fins de habilitação, a apresentação de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), emitida pela ANATEL, na forma da Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013.

**12.5.3** A CONTRATADA deverá comprovar por meio de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido ou estarem fornecendo serviço de limpeza contra ataques DDOS (Distributed Denial of Service).

**12.5.4** A comprovação de capacidade deverá ser realizada por meio de atestado ou conjunto de atestados que totalizados atendam aos critérios e volumes mínimos exigidos, desde que no mesmo intervalo de doze meses.

**12.5.5** O(s) atestado(s) de comprovação da alínea i., referir-se-á(ão) a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução.

**12.5.6** No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados válidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da LICITANTE. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, e ainda as que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica como sócia em comum.

### 12.6 Declaração relativa Cumprimento ao Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**12.6.1** Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do Anexo III, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

### 12.7 – Do Prazo de Validade das Certidões

**12.7.1** As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

### 12.2.8 COOPERATIVAS

**12.2.8.1** Será admitida a participação de cooperativas que atendam, conforme o caso, as exigências da cláusula 12 deste ato convocatório, no que couber, e apresentem, no envelope de habilitação os seguintes documentos:

- I – ata de fundação;
- II – estatuto (com ata da assembleia de aprovação);
- III – regimento interno (com ata da aprovação);
- IV – regimento dos fundos (com ata de aprovação);
- V – edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
- VI – registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;
- VII – ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- VIII – relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

**12.2.8.2** Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão-de-obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados.

## 13. DOS RECURSOS

**13.1** O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual período, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

**13.2** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

**13.3** As razões e contrarrazões de recurso deverão ser enviadas para o e-mail – [licitacao.dpge@gmail.com](mailto:licitacao.dpge@gmail.com), com posterior envio do original no prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame. Os originais das razões e contra-



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

razões de recursos serão disponibilizados, para vista, nos autos do processo licitatório, e suas copias anexadas no **Portal de Compras SIGA (www.compras.rj.gov.br)**.

**13.4** A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o item 14.1.

**13.5** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.6** As razões do recursos serão dirigidos a Secretaria Geral, através do Pregoeiro, que no prazo de 03 (três) dias úteis poderá reconsiderar sua decisão, ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

**14- DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO**

**14.1** Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Secretaria Geral. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a Secretaria Geral adjudicará e homologará o procedimento.

**14.2** Após homologado o resultado da licitação pela Secretaria Geral, o licitante vencedor será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para retirada da nota de empenho.

**14.2.1** O vencedor deverá apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do **Anexo VII**, como condição para retirada da nota de empenho.

**14.3** Na forma do disposto no Decreto Estadual nº 33.925, de 18/09/2003, o licitante vencedor deverá apresentar, como condição para retirada da nota de empenho, Declaração conforme Anexo IV do Edital, de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- I - de cem até duzentos empregados, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

**14.3.1** A empresa que possuir em seu quadro menos de 100(cem) empregados está isenta do cumprimento do Decreto supra mencionado, devendo, no entanto, apresentar declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional.

**14.4** Poderá o ordenador de despesas, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

**14.5** Na hipótese de não atendimento do dispositivo nos itens anteriores poderá a Administração contratante, proceder à convocação dos demais licitantes, observada a ordem



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 81 da Lei 8666/93.

**14.6** Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado a fase de habilitação pela Autoridade Superior, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.

## **15 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**15.1** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

**15.2** No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

**15.2.1** A contratada deverá encaminhar a fatura para pagamento ao Departamento de Transportes e Logística, sítio à Av. Marechal Câmara, 314, 1º andar - Centro – Rio de Janeiro – RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS relativos à mão de obra empregada no contrato.

**15.3** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**15.4** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**15.5** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso sofrerão a incidência de atualização financeira pelo UFIR/RJ e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**15.6** A forma de pagamento será mensal de acordo com Anexo IV (Minuta Contratual).

**15.7** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IGPM/FGV, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

**15.8** - O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o IGPM/FGV, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001

**15.9** O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

**16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**16.1** A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a)** advertência;
- b)** multa administrativa;
- c)** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**16.2** O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Rio de Janeiro, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

**16.3** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**16.3.1** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**16.4** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**16.4.1** A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 16.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**16.4.2** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 16.1, será imposta pelo próprio Defensor Público Geral ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio do Defensor Público Geral.

**16.4.3** A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 16.1, é de competência exclusiva do Defensor Público Geral.

**16.5** A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 16.1:

- a)** corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b)** poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c)** não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d)** deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e)** nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**16.6** A advertência poderá ser aplicada quando a CONTRATADA não apresentar a documentação exigida nos itens 17.6 e 17.7, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**16.7** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 16.1:

- a)** não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b)** sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c)** será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

**16.8** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido,



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**16.9** Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 16.1, e no item 16.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**16.10** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**16.11** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**16.11.1** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**16.11.2** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**16.11.2.1** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 16.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 17.1.

**16.11.3** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**16.12** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

**16.13** As penalidades previstas no item 16.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

**16.13.1** Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**16.14** As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**16.14.1** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 16.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

### 17- ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE

**17.1** Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

**17.2** O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

**17.3** Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo contratado, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.

**17.4** A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**17.5** A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**17.6** A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**17.7** A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos itens 17.6 ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo

**17.8** Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**17.9** No caso do item 17.8, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano

### 18- DO PRAZO

**18.1** O prazo de vigência do contrato será de 31 (trinta e um) meses, sendo 30 (trinta) dias da solicitação de instalação do circuito (equipamentos e serviços) contados a partir de \_\_\_/\_\_\_/2017, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

**18.2** O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

### 19- GARANTIA

**19.1** Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**19.2** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**19.3** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**19.4** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

### 20 – DISPOSIÇÕES GERAIS

**20.1** É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**20.2** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º. 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º. 8.666/93.

**20.3** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei n.º. 8.666/93.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**20.4** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**20.5** Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda a realidade dos fatos.

**20.6** Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Proposta Detalhe
Anexo III	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.
Anexo IV	Minuta Contratual
Anexo V	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no decreto estadual nº 33.925/2003
Anexo VI	Modelo de Declaração de Enquadramento da Empresa Licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo VII	Declaração de Elaboração Independente de Proposta
Anexo VIII	Declaração de Inexistência de Penalidade

**20.7** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**20.8** Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Geral, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

**20.9** O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, de agosto de 2017.

---

Secretaria Geral



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ANEXO I**

**Termo de Referência**

1. **Objeto**
  - 1.1. Contratação de serviço continuado de transporte de dados e acesso à Internet, incluindo a disponibilização de hardware e software necessário para o perfeito funcionamento da solução, bem como os serviços de instalação, configuração, manutenção, gerência e suporte pelo período de 30 (trinta) meses.
2. **Fundamentação da contratação**
  - 2.1. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro - DPRJ é uma instituição pública cuja função é oferecer, de forma integral e gratuita, assistência e orientação jurídica aos cidadãos que não possuem condições financeiras de pagar as despesas desses serviços. Além disso, promove a defesa dos direitos humanos, direitos individuais e coletivos e de grupos em situação vulnerável.
  - 2.2. A assistência jurídica gratuita aos vulneráveis é um direito e garantia fundamental de cidadania previsto no artigo 5º, LXXIV da Constituição da República. A gratuidade de justiça abrange honorários advocatícios, periciais, e custas judiciais ou extrajudiciais.
  - 2.3. Como parte de sua estratégia de atuação, a DPRJ vem evidando esforços na ampliação da quantidade de unidades de atuação, bem como na reestruturação dos órgãos de atendimento já existentes, para com isso garantir o direito constitucional de acesso à justiça aos cidadãos e qualificar a execução de suas atribuições junto aos assistidos.
  - 2.4. Tal atuação fez com que a DPRJ inaugurasse 11 (onze) novos postos de atuação ao longo dos últimos 2 (dois) anos, que demandam a disponibilização de infraestrutura tecnológica para o seu adequado funcionamento. Além disso, espera-se que nos próximos 30 (trinta) meses a Defensoria mantenha tal estratégia, inaugurando mais 30 (trinta) locais de atuação.
  - 2.5. Ainda, quando observado o crescimento do seu quadro funcional, constatou-se que ao longo dos últimos 2 (dois) anos a Defensoria teve uma ampliação de mais de 630 (seiscentos e trinta) novos colaboradores. Apesar de ter alcançado o volume que entende como suficiente, e não haver a previsão de entrada de novos colaboradores nos próximos 2 (dois) anos, a expansão já experimentada representou uma ampliação de mais de 20% do seu corpo funcional.
  - 2.6. Associado a este cenário de expansão, observa-se que o Judiciário vem implantando constantes evoluções em seu processo e intensificado a adoção exclusiva do Processo Eletrônico em diversas comarcas para ampliar a celeridade na prestação jurisdicional, e trazer ganhos econômicos com a redução do consumo de papel e espaço físico.
  - 2.7. Da mesma forma, a Defensoria tem apostado na tramitação eletrônica de seus documentos administrativos e judiciais, projetando a implantação de dois importantes Sistemas de Informação nos próximos anos, a saber, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a tramitação eletrônica de todos os processos administrativos



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

do órgão e o Sistema Verde, para suportar toda área finalística da Defensoria.

- 2.8. Esses esforços têm intensificado o uso dos recursos tecnológicos, que nos últimos tempos se tornaram ferramentas indispensáveis para a atuação jurídica, tendo como exemplo principal Processo Judicial Eletrônico, que hoje responde por aproximadamente 80% dos órgãos de atuação.
- 2.9. Prova disso é que ao longo dos últimos 3 (três) anos a Defensoria saiu de um cenário onde só existiam 141 (cento e quarenta e um) postos conectados entre si e com acesso à internet, para um cenário atual de 152 (cento e cinquenta e duas) localidades que compõe a Rede da DPRJ. Ainda, no mesmo período, observou-se que 137 (centro e trinta e sete) localidades demandaram a ampliação de suas velocidades de conexão, justificando para tanto a ampliação do seu quadro de colaboradores ou a intensificação de uso de sistemas corporativos.
- 2.10. Em números absolutos, a DPRJ saiu de um cenário onde contratava 606 Mbps para um cenário onde atualmente se consome 2.060 Mbps em seus circuitos de rede, um aumento de aproximadamente 340%. Tal ampliação foi viabilizada por aditivos consecutivos no Contrato Administrativo nº 2011-09, que terá sua vigência expirada no próximo mês de maio.
- 2.11. Sendo assim, considerando que o serviço de transporte de dados e acesso à Internet passou a ser algo habitual da administração contemporânea, não sendo mais possível a atuação do órgão sem o uso de tais recursos, e que o contrato vigente finda no mês de maio do ano de 2017, é necessária a licitação de um novo contrato para a prestação de tal serviço.
- 2.12. Ainda, com o constante uso da tecnologia no atendimento dos assistidos, observa-se a necessidade do aumento da capacidade dos links de dados na rede da DPGE-RJ, e ainda prever o cenário de expansão para os próximos exercícios.
- 2.13. Para tratar da expansão, vislumbrou-se a ampliação das velocidades dos links atuais **podendo sofrer expansão, a critério da contratante**, conforme descrito no **ANEXO B**, respeitando os limites máximos estabelecidos no Item 3.4.2 do presente termo, para melhor atender a demanda da DPGE-RJ nos próximos 30 meses.
- 2.14. Além disso, os links de dados também **poderão passar por uma ampliação dos seus circuitos** para suportar a nova configuração da rede interna, e por isso também poderão sofrer uma ampliação, conforme descrito no **ANEXO B**, respeitando os limites máximos estabelecidos no presente termo.
- 2.15. A presente contratação também prevê um cenário de expansão que **pode ocorrer durante a vigência contratual**, onde apresentamos a necessidade de instalação de 20 (vinte) novos links, motivados por possíveis inaugurações de novas localidades de funcionamento da DPRJ, e a possibilidade de ampliação dos enlaces instalados, conforme descrito no ANEXO B do presente termo.
- 2.16. Ressalta-se que a contratação está alinhada ao alinhamento estratégico da instituição, servindo de sustentação e suporte ao trabalho dos órgãos no que se refere ao uso de sistemas de peticionamento eletrônico e sistemas facilitadores, fazendo com que haja



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

celeridade e qualidade no atendimento aos assistidos.

- 2.17. Tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23 da Lei 8.666/1993, como regra, as contratações devem ser divididas em tantas parcelas quanto possível, desde que seja técnica e economicamente viável. Tal embasamento busca ampliar a competitividade nas contratações, desde que seja técnica e economicamente viável.
  - 2.18. Assim, observando o mercado do serviço de telecomunicações, oriundo do processo de privatização do sistema Telebrás, e os aspectos técnicos que uma rede MPLS (do inglês *Multiprotocol Label Switching*, ou em português, Comutação de Rótulos Multiprotocolo) pode ofertar, optou-se por segregar a presente licitação em 04 lotes.
  - 2.19. O primeiro lote será composto pelo link de saída para internet com serviço de anti-DDOS; o segundo pelas localidades compreendidas na região da Capital; o terceiro pelas localidades da região metropolitana; e o quarto pelas demais regiões, incluindo o Distrito Federal.
  - 2.20. A divisão em lotes visa estimular a concorrência e obter maior vantajosidade no valor final. Fazendo em lotes distintos esperamos a diminuição do valor dos links em regiões onde há maior concentração de empresas com capacidade de participação.
  - 2.21. Espera-se como resultado da presente contratação que a rede de dados da Defensoria, bem como seu link de saída para internet, disponha do dimensionamento adequado em termos de velocidade de conexão e disponibilidade contratada, de forma a não trazer impactos negativos para o atendimento dos assistidos devido à lentidão na rede ou ainda por interrupção no fornecimento do serviço de internet ou transporte de dados.
  - 2.22. Ainda pretende-se dotar o órgão de capacidade contratual para futuras expansões de localidades de atendimento da população ou ampliação de sua rede devido ao uso de novos recursos que venham a garantir a qualidade e agilidade nos serviços prestados pela Defensoria.
3. Descrição da solução a ser contratada
- 3.1. SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DADOS E ACESSO À INTERNET (LINK)
- 3.1.1. Para a obtenção do objeto licitado, a empresa CONTRATADA deverá instalar e manter em perfeito funcionamento os circuitos de transferência de dados, bem como os equipamentos e softwares necessários, nas localidades listadas no ANEXO A do presente Termo.
  - 3.1.2. A critério da CONTRATANTE poderão ocorrer a modificação dos referidos endereços ou solicitação de instalação de novos circuitos, em atendimento à sua necessidade e conveniência.
  - 3.1.3. A CONTRATADA deverá fornecer serviços de comunicação ponto a ponto, com alta disponibilidade por meio de uma rede MPLS, com capacidade para prover tráfego de dados, voz, imagem, que permita a comunicação da rede da CONTRATANTE com suas unidades descentralizadas, na modalidade LAN-to-LAN (Transmissão no padrão Ethernet).
  - 3.1.4. A topologia da rede da CONTRATANTE terá como padrão os tráfegos de dados das



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

localidades e dos parceiros direcionados ao seu núcleo de rede, onde ficará instalado o circuito de concentração dos enlaces da CONTRATADA, fornecido sem custo a CONTRATANTE e serão configurados os retornos ou direcionamentos seguros dos dados aos seus destinos.

- 3.1.5. As conexões entre as unidades descentralizadas e o núcleo de rede deverá ser feita por meio de 1 (um) canal de comunicação, utilizado exclusivamente para o circuito da CONTRATANTE, que possua taxas de transmissão simétricas e fixas, em ambiente de baixa latência e com a disponibilidade garantida conforme item “5 - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO CONTRATADO” do presente Termo.
- 3.1.6. A taxa de transmissão mínima dos circuitos entre o núcleo de rede e demais localidades da CONTRATANTE será de 04 (quatro) Megabits por segundo, podendo esta taxa ser alterada a pedido da CONTRATANTE, respeitando os limites máximos estabelecidos no ANEXO A.
- 3.1.7. Os enlaces do lote 1 e os indicados do lote 2 (conforme Anexo A) deverão possuir redundância física (circuito e equipamento) e lógica (configuração tolerante a falhas), e possuir as latências e disponibilidades especificamente definidas para esse grupo, conforme item “5 - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO CONTRATADO” do presente Termo.
- 3.1.8. O circuito concentrador de conexões, fornecido pela CONTRATADA sem custo a CONTRATANTE e o circuito de saída da rede para internet deverão possuir redundância física (circuito e equipamento) e lógica (configuração tolerante a falhas), e possuir as latências e disponibilidades especificamente definidas para esse grupo, conforme item “5 - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO CONTRATADO” do presente Termo.
- 3.1.9. A taxa de transmissão mínima dos circuitos de saída para internet será de 300 (trezentos) Megabits por segundo, podendo esta taxa ser alterada a pedido da CONTRATANTE, respeitando os limites máximos estabelecidos no ANEXO A.
- 3.1.10. A Figura 1 exemplifica a topologia da rede proposta, com a definição dos grupos de enlaces a serem instalados e mantidos pela CONTRATADA.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

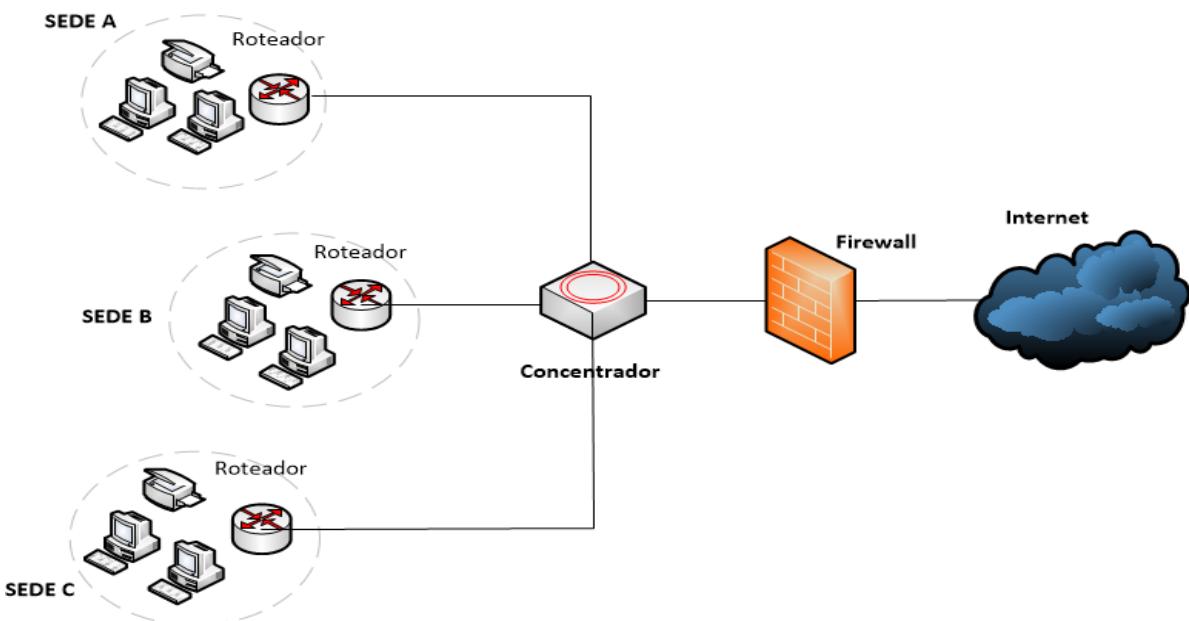


Figura 1 - Ilustração da topologia de rede a ser contratada

3.1.11. Os valores pagos por circuito poderão variar de acordo com a velocidade contratada e o lote da contratação, conforme indicado na “Tabela 1 - Composição de lotes e itens do objeto licitado”.

### 3.2. GERENCIAMENTO DO CIRCUITO

3.2.1. O gerenciamento de rede será executado de duas maneiras: pró-ativamente pela CONTRATADA e reativamente pela CONTRATANTE, com base na observância dos níveis mínimos de serviço contratado.

3.2.2. O gerenciamento proativo do circuito da rede instalada visa garantir a disponibilidade, a qualidade e a confiabilidade da rede por meio do monitoramento dos circuitos, equipamentos e software que compõe a solução, além de manutenções preventivas rotineiras.

3.2.3. Caberá a CONTRATADA gerenciar de forma proativa a rede de transporte implantada, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, diagnosticando e solucionando pró-ativamente possíveis falhas que impactem na qualidade da transmissão de dados, mesmo antes do desencadeamento da notificação pela CONTRATANTE.

3.2.4. Assim, a CONTRATADA deverá contar com uma equipe responsável por monitorar e supervisionar a rede implantada que terá autonomia para, na ocorrência de qualquer falha no *backbone*, na rede de acesso, nos roteadores instalados ou demais equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA, iniciar de forma proativa o processo de recuperação de falhas, fazendo o registro histórico de todos os eventos até a completa resolução do problema.

3.2.5. Caso a CONTRATADA elabore diagnóstico conclusivo que não se trata de falha de nenhum dos equipamentos e circuitos sob sua responsabilidade, ela deverá



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

comunicar, através de chamadas telefônicas e mensagens eletrônicas, os membros da equipe técnica de redes da CONTRATANTE, que prontamente iniciarão os procedimentos necessários à verificação da possibilidade da falha estar no âmbito de sua rede LAN.

- 3.2.6. Independentemente da origem do problema, a CONTRATADA deverá implantar um sistema de notificação automática, que deverá enviar, em tempo real, e-mails para até 10 (dez) técnicos do CONTRATANTE, assim que alguma falha de operação na rede for identificada.
- 3.2.7. Além do sistema de notificação automática, caberá a CONTRATADA comunicar em até 20 minutos após a queda do circuito, através de chamadas telefônicas, pelo menos a um dos membros da equipe técnica de acompanhamento dos serviços da CONTRATANTE, passar o número de registro do incidente no Portal de Acompanhamento de Serviços, previsão de atuação técnica, previsão do horário de retorno do circuito e, paralelamente, tomar as ações cabíveis para a resolução do problema, sem a necessidade do acionamento prévio pela CONTRATANTE.
- 3.2.8. Ainda como parte do serviço de gerenciamento proativo, a CONTRATADA deverá prover manutenção preventiva em cada localidade onde há circuito instalado, por meio de uma avaliação presencial de técnico especializado em telecomunicações.
- 3.2.9. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, durante a vigência do contrato, cronograma de manutenções preventivas, considerando que o índice de visitas no mês não seja menor que 40% do número de localidades e que uma localidade não fique mais de três meses sem uma visita técnica.
- 3.2.10. Para cada manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá elaborar relatório padronizado indicando o estado da infraestrutura que suporta os equipamentos instalados, bem como aferir a velocidade e qualidade dos circuitos, além registrar as condições de aterramento, energia elétrica, ar condicionado e dos equipamentos do tipo *No Break* instalados pela CONTRATADA.
- 3.2.11. Os relatórios de manutenção proativa devem estar disponíveis para a CONTRATANTE em regime online (interface web) ou, na impossibilidade disto, enviado para a equipe técnica da CONTRATANTE, por e-mail, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos após a manutenção preventiva.
- 3.2.12. A CONTRATADA deverá prover à CONTRATANTE ferramenta de Gerenciamento de Redes que permita aos técnicos da CONTRATANTE realizar consultas, emitir e visualizar relatórios sobre a operação e aspectos técnicos de todos os roteadores e enlaces instalados para a prestação dos serviços de rede.
- 3.2.13. Tal ferramenta deve possuir todos os relatórios necessários para que a equipe da CONTRATANTE possa monitorar o cumprimento dos Níveis mínimos de serviço contratado, conforme definido no item “5 - Níveis mínimos de serviço contratado” deste Termo.
- 3.2.14. Caso a CONTRATANTE identifique alguma falha no funcionamento dos circuitos, deve ser iniciado um chamado de ordem reativa.
- 3.2.15. Para garantir a abertura de chamados de manutenção e de assistência técnica, a



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTRATADA deve disponibilizar acesso da CONTRATANTE a uma Central de Atendimento via rede telefônica através de um número único nacional não-tarifado (0800) exclusivo para a CONTRATANTE ou corporativo com chave de acesso exclusiva, por e-mail e por um Portal de Acompanhamento de Serviços disponível na internet ou a partir da rede da CONTRATANTE.

- 3.2.16. As formas de acesso à Central de Atendimento deverão ser únicas para toda a rede contratada e prover atendimento em regime 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias da semana, todos os dias do ano, fazendo o registro, acompanhamento, resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas pertinentes à operação dos enlaces.
- 3.2.17. Os registros das ocorrências de chamados de manutenção e assistência técnica deverão estar disponíveis no Portal de Acompanhamento de Serviços durante todo o prazo de vigência do contrato, para possibilitar a CONTRATANTE obter as informações sobre um chamado específico, sempre com o seu status atualizado, ou ao conjunto de chamados realizados no âmbito do contrato vigente.
- 3.2.18. É imprescindível que a equipe da CONTRATADA que atue na Central de Atendimento, conheça as características da rede da CONTRATANTE e tenha ciência dos serviços contratados e dos níveis mínimos de serviços estabelecidos neste Termo.
- 3.2.19. Para o encerramento dos chamados de manutenção e assistência técnica, a CONTRATADA deverá entrar em contato com os técnicos previamente indicados pela CONTRATANTE. Não será admitido o fechamento do chamado por outros técnicos se não os que estiverem previamente autorizados para o encerramento dos chamados.
- 3.2.20. A CONTRATADA deverá ainda indicar Gestor Técnico Especializado para atuar, de forma remota ou presencial, como agente solucionador de problemas de ordem técnica sempre que um chamado extrapolar os níveis mínimos contratados.
- 3.2.21. Tal gestor não se confunde com o Preposto a ser indicado pela CONTRATADA, nem tão pouco deve ter atuação exclusiva ou dedicada para o presente contrato, mas sim atuar como responsável técnico para garantir o cumprimento dos níveis de serviço contratados.
- 3.2.22. Para fins de comprovação da realização dos serviços, mensalmente a CONTRATADA deverá enviar relatório contendo o conjunto de chamados de manutenção e assistência técnica, contendo minimamente a identificação do(s) circuito(s) afetado(s), a descrição do problema, a hora do início do chamado, a hora do encerramento do chamado, a solução aplicada e a identificação do responsável técnico que autorizou o encerramento.
- 3.2.23. Os custos referentes ao serviço de gerenciamento da rede deverão estar incluídos no custo mensal do Link, de acordo como previsto na “Tabela 1 - Composição de lotes e itens do objeto licitado”.

**3.3. INSTALAÇÃO DE NOVOS CIRCUITOS E ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO**

- 3.3.1. A solicitação de novos circuitos ou mudança de endereço dos circuitos existentes, será realizada por Ordem de Serviço emitida pelo gestor do Contrato para o preposto indicado pela CONTRATADA, e deverá conter as seguintes informações:
- a. Nome da antiga localidade de instalação, se for o caso;



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

- b. Endereço completo da antiga localidade, se for o caso;
- c. Nome da nova localidade de instalação;
- d. Endereço completo da nova localidade;
- e. Taxa de transmissão do circuito;
- f. Perfil de QoS;
- g. Responsável da localidade e seu telefone de contato;
- h. Responsável na SEDE e seu telefone de contato;
- i. Data alvo para a instalação do circuito.

- 3.3.2. O prazo de instalação não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias corridos, a partir da efetivação da solicitação de instalação do circuito, devendo a CONTRATADA, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da solicitação do circuito, informar, por meio de relatório encaminhado à CONTRATANTE, a necessidade de obras civis ou de infraestrutura elétrica para a instalação do circuito em questão, bem como os problemas que tiver em sua própria infraestrutura para o atendimento do pedido. Esse relatório será objeto de análise e verificação do Órgão Fiscalizador do contrato.
- 3.3.3. Nos casos de pendências de infraestrutura da CONTRATANTE, será estabelecido um novo prazo de 30 dias corridos a partir da comunicação de término das providências pela DPGE-RJ.
- 3.3.4. Nos casos de pendências de infraestrutura da CONTRATADA, se devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE, será estabelecido um novo prazo de até 30 dias corridos para solução dos problemas e instalação do circuito.
- 3.3.5. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos necessários para ativação dos links solicitados pela CONTRATANTE e garantir sua operação de acordo com a velocidade contratada, com capacidade para alta disponibilidade.
- 3.3.6. A CONTRATADA deverá manter seus equipamentos atualizados, a fim de manter os níveis de serviço estabelecidos neste documento e seus anexos, e substituí-los, quando se tornarem obsoletos.
- 3.3.7. Caso algum circuito tenha sua velocidade ampliada a pedido da CONTRATANTE e os equipamentos instalados na localidade não suportarem o upgrade, será de responsabilidade da CONTRATADA substituí-los por equipamentos que suportem a nova velocidade, sem que isso gere custos adicionais à CONTRATANTE.
- 3.3.8. A CONTRATADA deverá instalar em todas localidades equipamentos do tipo “*no-break*” e “*mini-rack*” capazes de estabilizar a rede elétrica e suportar os equipamentos instalados, visando a proteção dos equipamentos de telecomunicações, bem como a garantia da disponibilidade em casos de picos e falta de energia.
- 3.3.9. São de responsabilidade da CONTRATADA a instalação de todo o cabeamento necessário até o equipamento de distribuição interno da CONTRATANTE e os equipamentos de sua propriedade. A CONTRATADA deverá identificar o cabo lógico utilizado para a conexão ao seu equipamento.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 3.3.10. Caso a implantação implique a necessidade de execução de obras civis, tais como passagem de dutos, perfurações de paredes, gessos e pisos, estas ficarão a cargo da CONTRATADA, e deverão constar do cronograma de implantação, a ser aprovado pela CONTRATANTE.
- 3.3.11. A manutenção e reposição dos equipamentos e infraestrutura necessária, como cabos, conectores, adaptadores serão de responsabilidade da CONTRATADA, atendendo os índices de disponibilidade e desempenho especificados neste Termo.
- 3.3.12. Nos circuitos em que são exigidos redundância física (círculo e equipamento), deverão ser instalados 2 (dois) equipamentos para cada um desses circuitos. Nas demais localidades só será necessário a instalação de 1(um) equipamento para cada ponto de acesso.
- 3.3.13. Todo material bem como equipamentos fornecidos para a prestação do serviço deverão ser retirados pela CONTRATADA no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, caso sejam substituídos e/ou não utilizados, após mudança de endereço, ou qualquer outra situação que enseje a sua não utilização. Apenas os materiais e equipamentos necessários à efetiva prestação do serviço deverão permanecer nas instalações da CONTRATANTE.
- 3.3.14. A CONTRATANTE manterá o controle sobre a segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo, também, as diretrizes de segurança a serem aplicadas aos serviços de telecomunicações contratados, incluindo horários de manutenção e política de acesso às instalações.
- 3.3.15. Os equipamentos disponibilizados deverão possuir minimamente as especificações técnicas contidas no item “4 - Requisitos da contratação / Especificações técnicas” deste Termo.
- 3.3.16. Os custos relativos à instalação e remanejamento, incluindo o fornecimento e instalação de equipamentos, cabos e demais recursos necessários para o perfeito funcionamento dos circuitos contratados deverão estar previstos nos itens de “Instalação” e “Alteração de Endereço”, e poderão variar por lote, conforme estabelecido na “Tabela 1 - Composição de lotes e itens do objeto licitado”.

**3.4. COMPOSIÇÃO DOS ITENS E LOTES DO OBJETO LICITADO**

- 3.4.1. O objeto licitado deverá ser subdividido em lotes, conforme exposto anteriormente, e cada serviço deverá ter sua composição de custos de acordo com o lote licitado.
- 3.4.2. A Tabela 1 indica a composição de lotes, os itens e a estimativa de volume do objeto licitado.

<b>Lote</b>	<b>Item</b>	<b>Serviço</b>	<b>Velocidade (Mbps)</b>	<b>Quantidade</b>
1	1	Link de acesso à internet com Anti-DDOS	300	1
	2	Link de acesso à internet com Anti-DDOS	400	1



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

	3	Instalação de novo circuito	-	2
	4	Alteração de endereço	-	2
2	1	Link de transmissão de dados	4	26
	2	Link de transmissão de dados	6	12
	3	Link de transmissão de dados	10	7
	4	Link de transmissão de dados	15	11
	5	Link de transmissão de dados	20	3
	6	Link de transmissão de dados	30	5
	7	Link de transmissão de dados	40	7
	8	Link de transmissão de dados	60	2
	9	Link de transmissão de dados	80	1
	10	Instalação de novo circuito	-	80
	11	Alteração de endereço	-	40
3	1	Link de transmissão de dados	4	23
	2	Link de transmissão de dados	6	4
	3	Link de transmissão de dados	10	4
	4	Link de transmissão de dados	15	10
	5	Link de transmissão de dados	20	5
	6	Link de transmissão de dados	30	2
	7	Link de transmissão de dados	40	2
	8	Link de transmissão de dados	80	1
	9	Instalação de novo circuito		57
	10	Alteração de endereço		28

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

4	1	Link de transmissão de dados	4	82
	2	Link de transmissão de dados	6	57
	3	Link de transmissão de dados	10	1
	4	Link de transmissão de dados	15	21
	5	Link de transmissão de dados	20	3
	6	Link de transmissão de dados	30	1
	7	Instalação de novo circuito		170
	8	Alteração de endereço		85

*Tabela 1 - Composição de lotes e itens do objeto licitado*

## 4. Especificações técnicas

## 4.1. REQUISITOS DOS CIRCUITOS DE REDE

- 4.1.1. A infraestrutura de rede da CONTRATADA (*backbones*, equipamentos internos, CPE, roteadores, dentre outros) deverá estar sempre atualizada, dimensionada e preparada para suportar a totalidade dos serviços solicitados neste Termo de Referência, garantindo os níveis de desempenho e serviço especificados.
- 4.1.2. As especificações constantes deste Termo de Referência consideram que as soluções de telecomunicações a serem contratadas deverão ter alta qualidade, disponibilidade, desempenho, segurança, atualização tecnológica e com suporte a contingência. Para isso, a rede da CONTRATADA deverá seguir as melhores práticas de projeto e implementação, suporte e operação de redes, seguindo os documentos especificados pelo IETF nas RFCs correspondentes, por exemplo, as “RFC 2430 - *A Provider Architecture for Differentiated Services and Traffic Engineering*” e “RFC 3785 - *Use of Interior Gateway Protocol (IGP) Metric as a second MPLS Traffic Engineering (TE) Metric*”.
- 4.1.3. As larguras de banda mínima contratadas para as localidades deverão, durante a vigência do contrato, estar disponíveis em sua totalidade para utilização do CONTRATANTE. Caso ocorra consumo de banda por cabeçalhos, tráfego de gerência e controle da operadora, ou outros dados que não sejam do CONTRATANTE, estes não serão contabilizados no cálculo da largura de banda disponível.
- 4.1.4. Nos sítios onde o CONTRATANTE não solicite explicitamente solução de contingência, caberá a CONTRATADA, para atendimento do SLA, definir se há a necessidade de fornecimento de solução de contingência, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

4.1.5. O atendimento às localidades onde o CONTRATANTE solicitar a solução de contingência deverá ocorrer conforme os requisitos descritos a seguir:

- a. Deverão ser disponibilizados dois meios independentes de acesso às localidades;
- b. Na ocorrência de falha ou intermitência no funcionamento de um acesso, a contingência deverá ser acionada automaticamente e proteger o tráfego que era cursado pelo (s) elemento (s) em falha em até 5 (cinco) segundos;
- c. Após a solução da falha causadora do contingenciamento o tráfego deverá retornar automaticamente para a situação anterior à falha;
- d. Os meios independentes de acesso às localidades deverão utilizar fibra óptica;
- e. Os acessos deverão usar roteadores CPE diferentes. Deverão ser disponibilizados dois roteadores interconectados aos firewalls através de conexão de padrão Ethernet, conectados a cada um dos enlaces operados com protocolo de redundância;
- f. Ambos os enlaces deverão ter capacidades idênticas e operar simultaneamente, de acordo com a largura de banda especificada no Anexo A, portanto, se houver falha em um enlace ou roteador CPE, todo o tráfego será transportado através do outro enlace, sem perda de qualidade; e
- g. A solução completa de contingência deverá ser testada pela CONTRATADA periodicamente ao longo da execução do contrato, juntamente com as manutenções preventivas. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatório com os resultados dos testes de contingência juntamente com os relatórios de manutenção preventiva do circuito.

4.1.6. Deve ser de responsabilidade da CONTRATADA criar e configurar a comunicação de todo o plano de endereçamento no interior da rede implantada.

4.1.7. A solução de roteamento implantada deverá atender aos requisitos de conectividade, contingência, balanceamento de tráfego e interconexão, e ser projetada de forma escalável permitindo a evolução e o crescimento da rede.

4.1.8. A CONTRATADA será responsável pelo mapa de endereçamento IP adotado na rede WAN da CONTRATANTE.

4.1.9. A solução de roteamento deverá permitir a convergência da rede em um tempo menor que 20 (vinte) segundos para o caso de mudança topológica da rede causada por falha (s) em enlace (s) ou equipamento (s).

4.1.10. O registro dos nomes de domínios diretos e reversos serão efetuados e gerenciados pelo CONTRATANTE.

4.1.11. A solução de conexão ponto a ponto para atendimento das solicitações de circuito implantada deverá utilizar fibra, só poderá utilizar par metálico em 5% do total da rede implantada, para tanto deverá a CONTRATADA enviar relatório justificando as razões de não utilização de fibra. A vedação de par metálico se deve a baixa qualidade, exemplificada em nossa monitoração diária da qualidade dos circuitos, e o ganho de performance e estabilidade obtido após a sua substituição por fibra ótica.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 4.1.12. Em caso de circuitos implementados por tecnologia de transmissão à rádio, são vedados enlaces de frequência inferiores a 08 (oito) Giga hertz, evitando o uso de dispositivos que operam próximos ou nas frequências livres (Exemplo: faixas utilizadas em 802.11 a, b, g, n). Esta restrição serve para evitar que haja proximidade a faixas de frequência de utilização pública, eliminando a possibilidade de problemas por proximidade e/ou interferência.
- 4.1.13. A tecnologia satélite não poderá ser empregada, por não conseguir alcançar os mesmos padrões de níveis de serviço das demais tecnologias, inclusive com a indisponibilidade na comunicação na ocorrência de chuvas e instabilidades meteorológicas.
- 4.1.14. A Interligação com a Internet deverá ser exclusiva para atendimento da CONTRATANTE, não havendo compartilhamento, de forma alguma, dos meios de comunicação entre o sítio da CONTRATANTE até o *backbone* da CONTRATADA.
- 4.1.15. A rede fornecida pela CONTRATADA, deverá ser logicamente independente e isolada de qualquer outra rede, em especial do ambiente público da Internet, utilizando para esse fim técnicas do protocolo MPLS/VPN.
- 4.1.16. A conexão entre as portas WAN dos roteadores instalados pela CONTRATADA nos sites integrantes das VPNs (do inglês Virtual Private Network, ou Rede Privada Virtual) e os roteadores de borda do *backbone* fornecido será estabelecida através de circuitos de acesso exclusivamente dedicados a essa função.
- 4.1.17. A solução deverá obrigatoriamente ser prestada a partir de uma rede multiserviço capaz de implementar a integração dos serviços de voz, dados e videoconferência sobre a tecnologia MPLS, possibilitando a configuração de QoS (do inglês *Quality of Service*, ou em português, Qualidade de Serviço) sobre MPLS/VPN, e levando em consideração aspectos de segurança e de qualidade de serviço necessários.
- 4.1.18. A criação de VPNs através do protocolo MPLS deverá ser de acordo com as:
- RFC 1267 - A Border Gateway Protocol;
  - RFC 4760 – Multiprotocol Extensions for BGP-4; e
  - RFC 4364 - BGP/MPLS VPNs.
- 4.1.19. Será obrigatória a implementação do isolamento de tráfego na camada 3 através de VPN.
- 4.1.20. Para evitar que intrusos tentem se passar por membros na VPN, a adição do *label* (identificador) MPLS ao pacote a ser transmitido deverá ocorrer exclusivamente na porta de entrada do roteador de borda do *backbone*.
- 4.1.21. A rede da CONTRATADA deverá estar com a hora de seus elementos de rede ajustados com o relógio do ON (Observatório Nacional) e sincronizados através do protocolo NTP (do inglês *Network Time Protocol*) - RFC5905 ou do protocolo SNTP (*Simple Network Time Protocol*) versão 4 - RFC5905.
- 4.1.22. Os serviços devem obrigatoriamente ser prestados por um *backbone* MPLS que permita a implementação de mecanismos de garantia de banda e priorização de tráfego (QoS) para as Classes de Serviços (CoS, do inglês *Class of Service*), com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 4.1.23. Além de priorizar aplicações críticas do CONTRATANTE sensíveis à latência, o QoS deverá obrigatoriamente tratar o tráfego, de forma a otimizar o uso da rede, em casos de congestionamentos.
- 4.1.24. Diferentes CoS serão definidas na implantação dos enlaces de acordo com as necessidades específicas da CONTRATANTE, possibilitando a diferenciação entre o tráfego, para a implementação de QoS.
- 4.1.25. A solução da CONTRATADA deverá suportar a arquitetura *DiffServ* (do inglês *Differentiated Services*, ou em português serviços diferenciados), incluindo *DiffServ* sobre redes *MPLS* conforme os seguintes padrões:
- RFC 2474 - Definition of the Differentiated Services Field (DS Field) in the IPv4 and IPv6 Headers;
  - RFC 2475 - An Architecture for Differentiated Services;
  - RFC 2597 - Assured Forwarding PHB Group;
  - RFC 3246 - An Expedited Forwarding PHB; e
  - RFC 5462 - Multi-Protocol Label Switching Support of Differentiated Services.

- 4.1.26. A marcação da classe de serviço dos pacotes deve ser feita pela CONTRATADA através do campo *DSCP* (*DiffServ Codepoint*) dos pacotes IP nos roteadores dos órgãos, conforme critério estabelecido pela CONTRATANTE.

- 4.1.27. Inicialmente serão classificados 5 (cinco) classes de serviço, descritos na tabela a seguir:

Classe	DSCP	Descrição
01 -Tempo Real	EF ( <i>Expedited Forwarding</i> )	Aplicações sensíveis ao tempo de retardo ( <i>delay</i> ) e variações do tempo de retardo da rede ( <i>jitter</i> ), que exigem priorização de pacotes e reserva de banda.
02 -Missão Crítica	AF41; AF42; AF43 ( <i>Assured Forwarding</i> )	Aplicações interativas críticas sensíveis ao tempo de retardo e variações do tempo de retardo da rede, que exigem priorização de pacotes e reserva de banda.
03 -Prioritários	AF31; AF32; AF33 ( <i>Assured Forwarding</i> )	Aplicações que exigem entrega garantida e reserva de banda. Aplicações de gerenciamento de redes (ICMP, SNMP, telnet e outras) e de sistemas, que necessitam de uma banda mínima para atividades de suporte técnico, mesmo em situações de congestionamento severo da rede, porém não ocupam banda suficiente



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

		para interferir nos demais tráfegos, em condições normais de operação.
04 -Não prioritários	AF21; AF22; AF23 ( <i>Assured Forwarding</i> )	Aplicações com mensagens de tamanho muito variado e não imprescindíveis para o atendimento imediato aos usuários das Unidades. Embora possam representar conteúdo muito importante e relacionado com o negócio, essas aplicações podem esperar por disponibilidade de recursos da rede para serem efetuadas.
05 - Padrão	BE ( <i>Best Effort</i> )	Todo tráfego não explicitamente atribuído às quatro classes anteriores ficará nesta classe. Sua finalidade é permitir um valor muito baixo de recursos para tráfegos não previstos ou ainda não identificados como tráfegos importantes. Garante que tais tipos de tráfego possam fluir somente se houver recursos disponíveis na rede, mas o impede de afetar negativamente as demais classes.

*Tabela 2 - Classes de serviços iniciais*

- 4.1.28. A configuração de QoS deverá suportar a totalidade do tráfego gerado pelos tipos de serviço e seguir distribuídos pelas classes descritas na tabela do item anterior.
- 4.1.29. De acordo com as prioridades e níveis de serviços requisitados, os diferentes tipos de tráfego que cursarão por meio da rede deverão ser classificados de acordo com as cinco classes de serviços definidas.
- 4.1.30. Estas classes deverão ter uma largura mínima alocadas, tais larguras ou porcentagem de alocação de largura de banda, para cada classe, será passado pela CONTRATANTE no momento de ativação da rede.
- 4.1.31. Inicialmente, os serviços a priorizados de acordo com a classe serão:
- Tempo Real: Serviços de comunicação corporativa por voz (VoIP);
  - Missão Crítica: Videoconferência e Videomonitoramento;
  - Prioritários: DNS, SNMP, LDAP, RDP, SSH e Aplicações corporativas de produção;
  - Não prioritários: Correio eletrônico corporativo, endereços HTTP específicas, FTP específicos;
  - Padrão: HTTP, FTP, Streaming e Demais aplicações



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 4.1.32. Durante a vigência do contrato e sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, poderá ser solicitada nova configuração dos mecanismos de classificação, através da inclusão de novos tipos de serviços identificados ao longo do tempo.
- 4.1.33. As configurações referentes à probabilidade de descartes de pacotes, especificados na RFC 2597, deverão ser suportados pelo *backbone* MPLS, porém não serão utilizadas em um primeiro momento. No futuro, nos casos em que se observe congestionamento na rede, serão solicitadas para que seja possível a escolha de tráfegos específicos que terão pacotes descartados antes dos outros.
- 4.1.34. A qualquer momento durante a vigência do contrato, a CONTRATANTE poderá solicitar a inspeção da solução adotada pela CONTRATADA, através de vistorias, testes e relatórios a serem acordados na ocasião.

### 4.2. REQUISITOS DOS ROTEADORES

- 4.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer, instalar, configurar, manter, gerenciar e operar todos os equipamentos necessários para ativação dos sites solicitados pela CONTRATANTE, garantindo-os completamente operacionais e dentro dos níveis mínimos de serviço contratados.
- 4.2.2. Os equipamentos devem ser instalados com o sistema operacional e/ou firmware estável mais recente e sempre que houver lançamento de novas versões que agreguem correções aos serviços prestados ou atualizações, deverão ser instalados sem ônus para a CONTRATANTE. Deverá estar incluída, na atualização dos softwares, a respectiva expansão dos recursos necessários para suportar o *upgrade*.
- 4.2.3. Caso sejam identificados problemas no sistema operacional de qualquer equipamento que afetem a segurança e o funcionamento do mesmo, a CONTRATADA fará a atualização em até 15 (quinze) dias, mesmo que necessite alteração no hardware do equipamento, sem necessidade de solicitação formal por parte do CONTRATANTE.
- 4.2.4. As atualizações citadas serão feitas sem ônus para o CONTRATANTE e, caso necessário, fora do horário comercial, sempre acompanhadas por um técnico autorizado do CONTRATANTE.
- 4.2.5. A CONTRATADA deverá apresentar certificação/habilitação da ANATEL para todos os equipamentos utilizados na rede da CONTRATANTE.
- 4.2.6. Os equipamentos deverão ser dimensionados de forma a garantir o desempenho e os níveis de serviço requeridos em cada uma das localidades da rede, sem exceder o limite de 60% de sua capacidade de processamento.
- 4.2.7. A CONTRATADA deverá informar na proposta o fabricante e os modelos dos equipamentos que serão utilizados.
- 4.2.8. A tecnologia adotada na rede da CONTRATANTE é baseada em IP, logo os equipamentos da CONTRATADA deverão dar pleno suporte a esta tecnologia, assim como estar preparados a operar com endereçamento IP versão 4 (IPv4) ou versão 6 (IPv6) e suportar a “RFC791 - *Internet Protocol*”;
- 4.2.9. Os roteadores deverão ter suporte a Servidor DHCP (do inglês *Dynamic Host Configuration Protocol*, ou em português Protocolo de configuração dinâmica de host),



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

de acordo com a RFC 2131, que será ativado sempre que não houver a provisão de endereços IPs por parte de equipamento da CONTRATANTE. A ativação será solicitada pela CONTRATANTE e deverá ser implantada no momento da instalação do equipamento e/ou sempre que a CONTRATANTE solicitar.

- 4.2.10. A rede da CONTRATADA deverá estar com a hora de seus elementos de rede ajustados com o relógio do ON (Observatório Nacional) e sincronizados através do protocolo NTP ou do protocolo SNTP versão 4 - RFC5905.
- 4.2.11. Deverão possuir o protocolo de gerenciamento SNMP (do inglês *Simple Network Management Protocol*, ou em português Protocolo Simples de gerenciamento de redes), nas versões 1, 2 e 3, e suportar a especificação RMON e MIB-II, implementados em conformidade com as RFCs 1157, 1213 e 3410, respectivamente.
- 4.2.12. Em até 5 (cinco) dias após a instalação do circuito, deverão ser fornecidos acesso somente de leitura às estatísticas de SNMP dos equipamentos, além de toda a configuração necessária para que os roteadores gerem logs (Syslog, RFC 5424), visando alimentar os sistemas de gerenciamento da CONTRATANTE.
- 4.2.13. Os equipamentos quando instalados deverão ter configurado os avisos de trap-snmp para serem enviados para o centro de gerência da CONTRATADA e para o centro de gerência da CONTRATANTE.
- 4.2.14. Deverá ainda ser fornecido à equipe técnica da CONTRATANTE acesso a cada equipamento da rede de comunicação de dados garantindo privilégios de leitura (*read-only*) nos equipamentos, bem como aos comandos capazes de visualização de interface, rota e conexão, além de habilitar o recurso “*snmp view*”, para as informações de tráfego e de condição das interfaces, após o aceite da instalação.
- 4.2.15. A CONTRATADA deverá conceder privilégio para que a equipe técnica da CONTRATANTE, através de usuário e senha, realize a execução de comandos que mostrem em tela toda a configuração vigente no equipamento, por meio de portal WEB, Telnet ou SSH, ou fornecer os arquivos de configuração de cada roteador instalado em localidade atendida pela CONTRATANTE, atualizando-os sempre que forem alterados.
- 4.2.16. Os equipamentos CPEs instalados deverão:
- 4.2.17. Possuir pelo menos 3 (três) interfaces Fast Ethernet IEEE 802.3, 802.3u (100/1000Base-T - Full Duplex), ou superior, com conector do tipo RJ-45;
- 4.2.18. Ser fornecidos com todos os componentes, módulos e acessórios necessários ao seu funcionamento atendendo aos requisitos deste projeto básico;
- 4.2.19. Deverão suportar capacidade de filtros de pacote (por protocolo, endereço IP de Origem, endereço IP de Destino, porta UDP/TCP de Origem, porta UDP/TCP de Destino);
- 4.2.20. Deverão suportar classificação de tráfego de acordo com diversos critérios (interface, IP origem/destino, portas TCP/UDP, MAC e serviço) em cada interface física e lógica (*sub-interfaces*);
- 4.2.21. Deverão suportar gerenciamento de filas com base em classes de tráfego;
- 4.2.22. Deverão possuir as características necessárias para a implementação dos protocolos



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RTP/RTCP e RTP header *compression*, em conformidade com a RFC 2508;

- 4.2.23. Deverão suportar o padrão IEEE 801.2p, permitindo assim a configuração de parâmetros de qualidade de serviço - QoS para tráfegos de dados, voz e imagem, de forma a garantir prioridade na transmissão de dados de determinadas aplicações.
- 4.2.24. Configuração de CoS (Classes de Serviço);
- 4.2.25. Suportar mecanismos de escalonamento de filas (Ex.: WFQ, QRR ou equivalente).
- 4.2.26. Deverão suportar o padrão IEEE 801.2q, permitindo assim a configuração de VLANs;
- 4.2.27. Suporte ao respectivo tráfego da banda completamente ocupada sem degradação do desempenho e do QoS;
- 4.2.28. Protocolo de roteamento dinâmico (OSPF, BGP ou IS-IS) que permita o roteamento automático, estático e suporte a subnets, entre os diferentes enlaces e na rede MPLS do Provedor de Rede, permitindo o acesso fim-a-fim;
- 4.2.29. Implementação de tradução de endereços (RFC 2663);
- 4.2.30. Implementar listas de controle de acesso (ACLs), com o uso de *stateful inspection*;
- 4.2.31. Possibilitar configuração remota segura;
- 4.2.32. Implementar túneis seguros e IP Seguro (RFC 4301); e
- 4.2.33. A configuração lógica dos roteadores CPE, para cada nível de serviço, será definida pela CONTRATADA com a aprovação da CONTRATANTE.
- 4.2.34. Suporte ao tráfego *multicast* com implementação dos protocolos *sparse mode* e *dense mode*;
- 4.2.35. Possuir interface para fins de gerenciamento remoto (RJ45 ou RS232).
- 4.2.36. Os equipamentos deverão ter performance de roteamento de 90.000 pps ou superior.
- 4.2.37. A desconformidade dos equipamentos com os quesitos apresentados nos itens acima deverá ser devidamente justificada e se não aceita pela CONTRATANTE implicará na substituição do equipamento sem ônus para o CONTRATANTE.

**4.3. REQUISITOS DOS NO-BREAKS**

- 4.3.1. A CONTRATADA deverá instalar equipamentos do tipo “*no-break*” em todas as localidades listadas no ANEXO A e em locais de links novos que forem solicitados durante o contrato, visando à proteção de seus equipamentos de telecomunicações, bem como a garantia da disponibilidade em casos de picos e falta de energia.
- 4.3.2. As localidades onde os enlaces serão implantados possuem alimentação elétrica de 110V ou 220V, devendo a CONTRATADA analisar os aspectos elétricos para dimensionar adequadamente os equipamentos a serem instalados.
- 4.3.3. Os equipamentos do tipo *no-break* deverão ser dimensionados de forma a garantir que a potência ativa seja suficiente para atender às necessidades elétricas de alimentação dos equipamentos roteadores e demais equipamentos da CONTRATADA necessários para a operação do serviço, sem exceder o limite de 60% de sua capacidade total de alimentação.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 4.3.4. A avaliação entre a capacidade elétrica instalada e a utilizada deverá constar nos relatórios de manutenção preventiva das localidades onde houver a visita, bem como qualquer outro tipo de informação referente ao mal funcionamento do equipamento.
- 4.3.5. A CONTRATADA deverá elaborar relatório técnico apontando as melhores práticas e recomendações de adequação da localidade, como, por exemplo, falta de ponto de força ou aterramento inadequado no interior da unidade da CONTRATANTE, para um melhor funcionamento dos equipamentos da CONTRATADA.

### 4.4. REQUISITOS DE MINI-RACK

- 4.4.1. Mini rack 19 polegadas 6u profundidade externa de 500 mm chapa traseira perfurada para fixação em parede, específico para gabinetes rack de servidor ou equipamentos de infraestrutura feito em aço carbono pré-zincado com espessura mínima de 0,95 mm pintura epoxi-po de alta resistência.
- 4.4.2. Possuir 02 planos de réguas 19" (frontal/traseiro) reguláveis.
- 4.4.3. Sistema de fixação que possibilita montagem e desmontagem através de parafusos, tampas laterais removíveis através de fecho rápido (travas), parte superior com recorte regulável para passagem de cabos, porta com acrílico para visualização dos equipamentos, travamento através de fechos lingueta com Chave e segredos individuais, kit de fixação incluso (porcas gaiolas e parafusos m5).

### 4.5. REQUISITOS DO SERVIÇO ANTI-DDOS

- 4.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar em seu backbone para o serviço de internet proteção contra-ataques de negação de serviços, evitando assim a saturação da banda da internet e indisponibilidade dos serviços em momentos de ataques DoS (Denial of Service) e DDoS (Distributed Denial of Service).
- 4.5.2. A análise deverá ser passiva sem utilização de elementos probes para coleta dos dados a serem analisados.
- 4.5.3. A Solução deverá prover o serviço de mitigação de ataques de negação de serviço (DoS - Denial of Service) para o circuito de conectividade IP dedicada à Internet (lote 01), sejam eles distribuídos (DDoS - Distributed Denial of Service) ou não.
- 4.5.4. O ataque deve ser mitigado na estrutura da CONTRATADA, separando o tráfego legítimo do malicioso, de modo que os serviços de Internet providos pela DPGE-RJ continuem disponíveis aos seus usuários.
- 4.5.5. O ataque deve ser mitigado separando o tráfego legítimo do malicioso, de modo que os serviços de Internet providos pelo cliente continuem disponíveis.
- 4.5.6. A limpeza do tráfego deverá ser seletiva e atuar somente sobre os pacotes destinados ao IP atacado, todo tráfego restante não deverá sofrer nenhuma forma de limpeza ou desvio.
- 4.5.7. A solução deve possuir mecanismos para filtragem de pacotes anômalos, garantindo a validade das conexões, sem efetuar qualquer limitação com base no número de sessões ou de pacotes por endereço, de modo a evitar o bloqueio de usuários legítimos.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 4.5.8. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências necessárias para recompor a disponibilidade do link em caso de incidentes de ataques de DDoS, recuperando o pleno funcionamento do mesmo.
- 4.5.9. A solução deve permitir a proteção, no mínimo, do tráfego dos serviços web (HTTP/HTTPS), DNS, VPN, FTP e correio eletrônico.
- 4.5.10. A solução deverá possuir funcionalidades de monitoramento, detecção e mitigação de ataques, mantidas em operação ininterrupta durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.
- 4.5.11. A solução deve manter uma lista dinâmica de endereços IP bloqueados, retirando dessa lista os endereços que não enviarem mais requisições maliciosas após um período de tempo considerado seguro pela CONTRATANTE.
- 4.5.12. A solução deve suportar a mitigação automática de ataques, utilizando múltiplas técnicas como White Lists, Black Lists, limitação de taxa, técnicas desafio-resposta, descarte de pacotes mal formados, técnicas de mitigação de ataques aos protocolos HTTP e DNS, bloqueio por localização geográfica de endereços IP.
- 4.5.13. A solução deve implementar mecanismos capazes de detectar e mitigar todos e quaisquer ataques que façam o uso não autorizado de recursos de rede, incluindo, mas não se restringindo aos seguintes:
- Ataques de inundação (Bandwidth Flood), incluindo Flood de UDP e ICMP;
  - Ataques à pilha TCP, incluindo mal uso das Flags TCP, ataques de RST e FIN, SYN Flood e TCP Idle Resets;
  - Ataques que utilizam Fragmentação de pacotes, incluindo pacotes IP, TCP e UDP; e
  - Ataques de Botnets, Worms e ataques que utilizam falsificação de endereços IP origem (IP Spoofing).
- 4.5.14. Em nenhum caso será aceito bloqueio de ataques de DOS e DDOS por ACLs em roteadores de bordas da CONTRATADA.
- 4.5.15. Caso o volume de tráfego do ataque ultrapasse as capacidades de mitigação especificadas ou sature as conexões do AS, devem ser tomadas contramedidas tais como aquelas que permitam o bloqueio seletivo por blocos de IP de origem no AS pelo qual o ataque esteja ocorrendo, utilizando técnicas como Remote Triggered Black Hole.
- 4.5.16. A CONTRATADA deverá realizar a comunicação da ocorrência do ataque a CONTRATANTE imediatamente após a detecção.
- 4.5.17. A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios mensais de mitigação de ataques.
- 4.5.18. A CONTRATADA deverá disponibilizar um Centro Operacional de Segurança no Brasil, com equipe especializada em monitoramento, detecção e mitigação de ataques, em idioma português brasileiro, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.
- 4.5.19. A proteção deverá operar sem exigir o desligamento de qualquer outro circuito de acesso



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

do Órgão, independente de quantos ou quais sejam os demais fornecedores.

- 4.5.20. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a um sistema de monitoramento que permita a visualização do tráfego, emissão de relatórios, visualização de alertas e informações da conta associada aos serviços de proteção.
- 4.5.21. A CONTRATADA deverá entrar em contato com a CONTRATANTE e solicitar autorização para dar início à mitigação do tráfego.
- 4.5.22. Caso a CONTRATADA por qualquer razão não consiga contato com o responsável pela área de REDE da DPGE-RJ, esta poderá tomar as ações de mitigação do ataque que julgar necessárias, comunicando assim que possível a CONTRATANTE.

**4.6. REQUISITOS DO PORTAL DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS**

- 4.6.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar Portal de Acompanhamento de Serviços, que permita aos técnicos da CONTRATANTE realizar consultas, abertura de chamados, emitir e visualizar relatórios, a partir da Internet, por intermédio de navegador Web, utilizando protocolo HTTPS, com login e senha.
- 4.6.2. A solução deve permitir o registro, a visualização e o acompanhamento de problemas, e das ações executadas, para a recuperação dos serviços, relativos a todos os chamados proativos e reativos, realizados durante a vigência do contrato, incluindo minimamente as seguintes informações:
  - a. Identificação do registro (número do chamado);
  - b. Data e hora da abertura do chamado (registro);
  - c. Data e hora da indisponibilidade do circuito;
  - d. Descrição do problema;
  - e. Identificação do reclamante (nome e telefone);
  - f. Status (aberto/fechado);
  - g. Identificação do (s) circuito (s) afetado;
  - h. Data e hora de conclusão do atendimento;
  - i. Histórico de ações (data/hora e descrição) realizadas para a solução do problema;
  - j. Identificação do técnico responsável pelo atendimento; e
  - k. Identificação do técnico da CONTRATANTE que autorizou o encerramento do chamado.
- 4.6.3. Alternativamente, qualquer chamado também poderá ser aberto a partir de um número único nacional não-tarifado (0800) e por e-mail. Qualquer forma de acesso à Central de Acompanhamento de Serviços deverá gerar um registro no Portal e ter seu andamento alimentado durante o tratamento do chamado.
- 4.6.4. Os registros das ocorrências deverão estar disponíveis no Portal de Acompanhamento de Serviços durante todo o prazo de vigência do contrato, podendo inclusive ser impressos, em relatórios consolidados por mês, pela equipe da CONTRATANTE.
- 4.6.5. A abertura do chamado será realizada pela equipe pró-ativa da CONTRATADA,



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

imediatamente após a constatação de defeito ou falha em qualquer circuito ou serviço que esteja em funcionamento.

- 4.6.6. O circuito e serviços deverão receber uma identificação única para cada uma de suas Unidades Descentralizadas. Essa informação será utilizada na abertura do chamado técnico.
- 4.6.7. Os chamados técnicos só poderão ser encerrados pela equipe técnica de indicada pela CONTRATANTE, em conjunto com a Central de Atendimento, que deverá entrar em contato com o CONTRATANTE para encerrar os chamados solucionados.
- 4.6.8. Não será admitido o fechamento do chamado técnico por técnicos das unidades do CONTRATANTE.
- 4.6.9. Os técnicos autorizados para o encerramento dos chamados serão informados pelo gestor do contrato, na implantação do serviço.
- 4.6.10. A CONTRATANTE poderá também realizar a abertura de chamados técnicos e solicitações de serviços, quando a equipe pró-ativa da CONTRATADA não o fizer. A abertura destes chamados poderá acontecer diretamente no sistema de atendimento (*Trouble Tickets*) e através da Central de Atendimento 0800 da CONTRATADA.
- 4.6.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar um acesso ao seu sistema de atendimento para a CONTRATANTE, de forma a possibilitar a abertura de chamados técnicos.
- 4.6.12. Os chamados abertos no sistema de atendimento ou na Central de Atendimento serão referentes a todas as atividades de responsabilidade da CONTRATADA, englobando, mas não se limitando à instalação, configuração, recuperação, alteração e remoção de equipamentos, à configuração de roteadores, ao roteamento, endereçamento IP, SNMP, organização e atualização de gerência, considerando-se todos os serviços contratados, de maneira a assegurar a integridade dos meios de comunicação fim-a-fim e a qualidade e desempenho dos serviços dentro dos limites estabelecidos.
- 4.6.13. O acompanhamento deve ser on-line para os chamados aberto e através de relatórios gerados sob demanda para os chamados encerrados e devem fornecer todas as informações de um chamado ou de um conjunto de chamados. Os relatórios devem apresentar informações históricas em base mensal.
- 4.6.14. Na ocorrência de um problema que afete um conjunto de circuitos de uma ou mais localidade da CONTRATANTE, deverão ser gerados registros para cada um dos elementos afetados. Nesta situação deverá ser possível a abertura / fechamento de um único chamado que contemple, automaticamente, todos os registros gerados.
- 4.6.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitado, sua base de dados de chamado, conjuntamente com o modelo de dados, para que a CONTRATANTE possa gerar relatórios com a finalidade de acompanhamento, averiguação e auditoria.
- 4.6.16. Todos os relatórios deverão possibilitar que a CONTRATANTE selecione as datas de início e fim do período a que se referem os dados a serem exibidos.
- 4.6.17. A solução de gerência deverá permitir que todos os relatórios possam ser visualizados e armazenados em meio eletrônico e impressos. Deverá ser implementada funcionalidade para exportação dos relatórios em formatos compatíveis com MS Office



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

e OpenOffice. O layout dos relatórios será definido conjuntamente pela CONTRATANTE e a CONTRATADA na época da implantação da solução de gerência.

4.6.18. Os dados e informações armazenados, juntamente com o modelo de dados poderão ser solicitados pela CONTRATANTE, a qualquer tempo. Caberá a CONTRATADA disponibilizá-los no prazo máximo de 48 horas em meio a ser definido pela CONTRATANTE.

4.6.19. O acompanhamento dos chamados deverá incluir:

- a. Relatórios de chamados ou conjunto de chamados (todas as informações relativas ao chamado, como data e hora de abertura, identificação do equipamento ou enlace afetado e código da descrição do chamado);
- b. Relatórios de chamados abertos;
- c. Relatórios de chamados fechados e encerrados dentro/fora do prazo; e
- d. Reincidência de problemas;

4.6.20. Nos relatórios de acompanhamento dos chamados deverão existir filtros por tipos de problema e por pontos de presença, que poderão ser utilizados concomitantemente, além dos filtros já definidos anteriormente.

#### 4.7. REQUISITOS DA FERRAMENTA DE GERENCIAMENTO DE REDES

4.7.1. A ferramenta de gerenciamento de redes a ser disponibilizada pela CONTRATADA deverá permitir a visualização, via navegador Web, da topologia da rede, com a possibilidade de verificar o status dos equipamentos (ligado/desligado), tráfego do link, latência e perda de pacotes do circuito.

4.7.2. Deverá ser possível ainda a emissão de relatórios que retratem a disponibilidade dos circuitos por período informado e relatório mensal das falhas ocorridas nos circuitos e equipamentos.

4.7.3. A ferramenta deve possibilitar a configuração de emissão de alarmes a partir de parâmetros definidos pela CONTRATANTE, como por exemplo, notificação automática dos técnicos envolvidos em caso de queda de circuito.

4.7.4. Sempre que um equipamento for instalado, a CONTRATADA deverá configurá-lo e disponibilizá-lo em um Portal de Acompanhamento de Serviços, além de prover os acessos de monitoramento à equipe técnica da CONTRATANTE.

#### 4.8. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

4.8.1. A CONTRATADA deverá manter sob sigilo as informações e comunicações de que tiver conhecimento, abstendo-se de divulgá-las, garantindo o sigilo e a inviolabilidade dos dados trafegados por meio dos enlaces eventualmente utilizados na execução das atividades, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

4.8.2. A CONTRATANTE manterá o controle sobre a segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo, também, as diretrizes de segurança a serem aplicadas aos serviços de telecomunicações contratados.

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

4.8.3. A CONTRATANTE poderá verificar a correta aplicação dessas diretrizes, através da realização de auditorias periódicas remotas e *in-loco*, dos ambientes físicos e lógicos da prestadora do serviço. Essa ação tem como intuito a prevenção de incidentes de segurança em TI.

4.8.4. Para garantir os níveis de segurança adequados nos ambientes de suas redes, por onde transitarão as informações confidenciais da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá atender aos seguintes requisitos:

- a. Assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo quando for o caso de compartilhamento de informações de classificação sigilosa entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- b. Aplicar em suas redes a diretriz de segurança definida pela CONTRATANTE para os serviços de Tecnologia da Informação;
- c. Configurar e manter, para os roteadores de todas as localidades, técnicas que garantam o isolamento do tráfego da CONTRATANTE dos demais porventura existentes na rede privativa da CONTRATADA, em especial o tráfego público da Internet;
- d. Configurar e manter, para os roteadores de todas as localidades, um esquema de criptografia VPN/IPSec que garanta o sigilo e a integridade dos dados, sem que isso comprometa as configurações de QoS dos serviços;
- e. Deverão ser utilizados, preferencialmente, os seguintes algoritmos na implementação da VPN: algoritmo simétrico - AES de 256 bits; algoritmo assimétrico - RSA de 2048 bits; função hash - SHA-512. A CONTRATANTE poderá solicitar a substituição de qualquer algoritmo criptográfico implementado, caso haja o surgimento de indícios de fragilidades nos mesmos. A CONTRATANTE poderá autorizar o uso de outros algoritmos, em substituição aos listados anteriormente, mediante solicitação da CONTRATADA e estudo de viabilidade técnica realizado pelos técnicos da CONTRATANTE;
- f. Para a VPN/IPSec, ter suporte para chaves criptográficas (Certificados Digitais) fornecidos pela Autoridade Certificadora (AC) da ICP-Brasil e com suporte para chaves pré-compartilhadas, em ambos os casos em conjunto com o protocolo IKE;
- g. Alterar, no mínimo, semestralmente as chaves criptográficas ou mediante solicitações da CONTRATANTE;
- h. Aplicar nos seus roteadores ou em outros equipamentos de suas redes, utilizados na rede privativa da CONTRATANTE, implementações de segurança tais como: autenticação de CPE, controle de acesso aos dispositivos, listas de acesso, dentre outras;
- i. Informar tempestivamente à equipe de segurança da CONTRATANTE qualquer incidente de segurança que tenha sido identificado pela CONTRATADA e que possa afetar a rede da CONTRATANTE;
- j. Informar mensalmente, juntamente com os relatórios de gerência, a situação de segurança da rede, reportando as tentativas de invasão percebidas, as ações



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

immediatas para contenção e as ações permanentes cabíveis para garantir a segurança da rede;

- k. Restringir as informações de segurança a uma equipe específica de técnicos de segurança, assumindo toda responsabilidade por perdas e danos que a CONTRATANTE venha a sofrer em decorrência de dolo, negligência, imperícia ou imprudência dos componentes dessa equipe;
  - l. Responsabilizar-se por todos os serviços e funções desempenhados por eventuais subcontratados, que deverão manter a confiabilidade das informações;
  - m. Utilizar novas tecnologias na rede sob sua responsabilidade somente após autorização da CONTRATANTE e desde que garantam, no mínimo, a segurança provida pela tecnologia anterior; e
  - n. Informar à CONTRATANTE com antecedência mínima de 48 horas, mudanças nas configurações, apresentando: descrição do procedimento que será executado, horário da mudança, impacto e eventuais procedimentos de contingência, bem como relatório posterior sobre os resultados obtidos;
- 4.8.5. Caso entenda como necessário, a CONTRATANTE se reserva ao direito de fornecer à CONTRATADA o detalhamento de ações de segurança complementares às especificadas neste Termo, a serem implementadas nos circuitos contratados em até 30 dias após a assinatura do contrato.
5. Níveis mínimos de serviço contratado
- 5.1. Para a garantia dos principais requisitos de um sistema de comunicação de dados (segurança, alta disponibilidade e desempenho), serão estabelecidos os critérios de acordos de nível de serviço para a execução do objeto deste Termo.
  - 5.2. A CONTRATADA deverá ter condições de assegurar o Nível Mínimo de Serviço Contratado (NMS), no regime de 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados.
  - 5.3. A CONTRATADA, ao assinar o contrato, assumirá o compromisso, perante a CONTRATANTE, de seguir as metas de qualidade na prestação dos serviços previstos neste instrumento. Os NMS serão monitorados pela CONTRATANTE, por meio da Ferramenta de Gerenciamento de Redes, ou por qualquer outro meio que dispor, durante todo o prazo de vigência do contrato.
  - 5.4. Para o pleno atendimento aos níveis de SLA por parte da CONTRATADA, a mesma deve prover de modo pró-ativo atualizações de sistema operacional, software de gerência, firmwares e outros elementos essenciais ao bom e seguro funcionamento dos serviços prestados.
  - 5.5. As inoperâncias e/ou indisponibilidades dos serviços, no todo ou em parte, que não sejam de responsabilidade da CONTRATANTE, serão glosados na fatura correspondente aos serviços não prestados, de forma proporcional ao tempo de sua não prestação.
  - 5.6. Caso a CONTRATADA necessite fazer qualquer tipo de intervenção em sua rede de dados que vá impactar no NMS, ela deverá encaminhar comunicado à



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTRATANTE, apresentando suas justificativas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis. Caberá à equipe de fiscalização da CONTRATANTE aprovar ou não a justificativa apresentada e autorizar a intervenção, se for o caso.

- 5.7. As manutenções programadas que possam impactar no NMS, desde que previamente aprovados pela CONTRATANTE, não irão gerar aplicações das glosas previstas pelo descumprimento do NMS Contratado.
- 5.8. Para fins de realizar medições na forma ativa, através da geração de tráfego e verificação de variáveis do NMS de interesse fim-a-fim, a CONTRATADA deverá disponibilizar infraestrutura de geração, coleta e monitoramento, baseada no desenvolvimento de um conjunto próprio de ferramentas que serão utilizadas para a realização destas medidas.
- 5.9. Os níveis mínimos de serviço serão categorizados em 5 (cinco) medições distintas, a saber, Atendimento de Incidentes, Disponibilidade, Latência, Perda de Pacotes e Instalação / mudança de circuitos, cabendo à CONTRATADA manter os níveis acordados em todos os quesitos.
- 5.10. As glosas referentes aos indicadores descritos em cada nível de serviço são cumulativas entre si, não havendo limite de glosa para cada circuito de forma isolada.
- 5.11. No entanto, o somatório das glosas relativas ao serviço de transporte de dados e acesso à internet de um determinado mês será limitado a 20% do valor total do serviço, ou seja, em um determinado mês de execução do serviço, a soma dos descontos devido ao não cumprimento no NMS não poderá ser superior à 20% da soma dos valores de todos os circuitos daquele lote.
- 5.12. A CONTRATANTE se reserva o direito de caracterizar o descumprimento parcial das obrigações assumidas após extrapolada a condição da glosa de 20%.
- 5.13. Os primeiros 90 dias de execução dos serviços, a contar da assinatura do contrato, são considerados período de ajustes específicos e estabilização. Neste período não ocorrerá a aplicação dos ajustes no valor de pagamento descritos neste item.
- 5.14. A CONTRATADA poderá requerer flexibilização dos INMS à CONTRATANTE, apresentando justificativa em instrumento de comunicação formal para um enlace específico. A CONTRATANTE julgará a pertinência e, se aprovar, registrará no Contrato o novo nível acordado.
- 5.15. Na eventualidade de um circuito ficar indisponível e não houver abertura de chamado pelos técnicos da gerência pró-ativa da CONTRATADA, o horário de início da ocorrência deverá ser sempre o horário de início da indisponibilidade física ou lógica do circuito a ser verificado em gráfico próprio disponibilizado no Portal de Gerência e não o horário de abertura do chamado reativo feito pelo CONTRATANTE.

### 5.16. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO - DISPONIBILIDADE DO CIRCUITO

- 5.16.1. A disponibilidade do circuito visa medir o tempo em que a solução contratada estará disponível para utilização pela CONTRATANTE. É a quantidade de minutos que um circuito ficou disponível para uso dentro de um mês.
- 5.16.2. Para o cálculo de disponibilidade, deverão ser considerados todos os incidentes de



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

interrupção da interconexão entre as interfaces dos roteadores de origem e destino, desde a hora zero do primeiro dia do mês até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do último dia do mês medido.

5.16.3. As interrupções de conexão que por ventura existirem serão medidas a partir da disponibilidade aferida pelos equipamentos roteadores. A CONTRATADA deverá garantir os meios necessários para que a CONTRATANTE possa monitorar tais equipamentos, através da disponibilização de mecanismos de medição, tais como acesso SNMP, conforme descrito no item “4 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS”.

5.16.4. Os níveis de disponibilidade contratados poderão variar por Lote, conforme a tabela:

Lote	Disponibilidade
01	99,4%
02 e 03	99,2%
04	99,0%

*Tabela 3 - Disponibilidade contratada por lote*

5.16.5. Nos casos em que a CONTRATADA conseguir comprovar que a indisponibilidade não foi ocasionada por qualquer falha em seu sistema de comunicação de dados, mas sim devido à problemas da CONTRATANTE, o tempo indisponível será considerado como disponível para fins de cálculo do NMS.

5.16.6. Assim, a disponibilidade será expressa em porcentagem através da seguinte fórmula:

$$ID = \{[(DR + IJ) / DP] \times 100\}, \text{ onde:}$$

ID = Índice de Disponibilidade

DR = Quantidade de minutos que o circuito ficou disponível no mês

IJ = Quantidade de minutos em que a indisponibilidade foi causada por falhas da CONTRATANTE

DP = Quantidade de minutos do mês ( $60 \times 24 \times$  quantidade de dias do mês)

5.16.7. Para ilustrar a aplicação do nível de serviço, podemos imaginar que o link X, do Lote 2, ficou inoperante no mês de janeiro por 6 (seis) horas e 20 (vinte) minutos. Posteriormente observou-se mais uma indisponibilidade que durou 1 (uma) hora e 42 (quarenta e dois) minutos, sendo que neste caso comprovou-se que a indisponibilidade foi causada por falta de energia no local. Nesse caso teríamos:

$$ID = \{[(DR + IJ) / DP] \times 100\}$$

$$ID = \{[(42.718 + 102) / 43200] \times 100\}$$

$$ID = \{[42820 / 43200] \times 100\}$$

$$ID = 0,991203704 \times 100$$

$$ID = 99,12$$



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 5.16.8. Neste caso, teríamos uma disponibilidade aferida de 99,12%, e como o link tem sua disponibilidade contratada de 99,2%, por ser do Lote 2, ele não teria atingido o NMS no mês de janeiro.
- 5.16.9. Sempre que determinado circuito não atingir o NMS contratado, será aplicado uma glosa nos valores individuais dos serviços da fatura daquele mês, conforme previsto no item “17 - Recebimento e avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues”.
- 5.16.10. Os descontos a serem aplicados deverão respeitar a “Tabela 4 - Glosas devido ao não cumprimento do NMS de disponibilidade”:

Diferença entre a disponibilidade acordada e a medida (%)	Penalidade
Acima de 0,01 até 0,7	2,5%
Acima de 0,7 até 1,2	5%
Acima de 1,2 até 2,4	8%
Acima de 2,4 até 10	20%
Acima de 10	40%

*Tabela 4 -Glosas devido ao não cumprimento do NMS de disponibilidade*

- 5.16.11. Retornando ao caso exemplificado anteriormente, como a disponibilidade aferida foi de 99,12%, e a contratada de 99,2%, o link X, do Lote 2, sofreria uma redução de pagamento de 2,5% do seu valor no mês de janeiro.

**5.17. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO - LATÊNCIA**

- 5.17.1. A latência do circuito visa medir o tempo em que um pacote de dados leva para ir de um ponto designado para o outro. É o tempo de ida e volta medido através do envio de um pacote que é devolvido para o remetente.
- 5.17.2. Para o cálculo da latência deverá ser considerada a média coletada da interface dos roteadores de origem e destino, desde a hora zero do primeiro dia do mês até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do último dia do mês medido.
- 5.17.3. Os atrasos na entrega dos pacotes que por ventura existirem serão medidos a partir da latência aferida pelos equipamentos roteadores. A CONTRATADA deverá garantir os meios necessários para que a CONTRATANTE possa monitorar tais equipamentos, através da disponibilização de mecanismos de medição, tais como acesso SNMP, conforme descrito no item “4 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS”.
- 5.17.4. A CONTRATADA garantirá uma latência média mensal menor ou igual as latências definidas na tabela de latência abaixo:

Velocidade de acesso	Latência
----------------------	----------

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

4 Mbps a 08 Mbps	80ms
10 Mbps A 80 Mbps	30ms
300 Mbps a 400 Mbps	10ms

*Tabela 5 - Latência contratada por velocidade*

5.17.5. Nos casos em que a CONTRATADA conseguir comprovar que a taxa média mensal da latência não foi alcançada por qualquer falha em seu sistema de comunicação de dados, mas sim devido à problemas da CONTRATANTE, como por exemplo alta taxa de utilização da banda (maior que 80 %), o atraso será desconsiderado para fins de cálculo do NMS.

5.17.6. Assim, a latência será expressa através da seguinte fórmula:

$$ILATM = (NPE / TPM) * 100$$

Considerando:

ILATM = índice de Latência no Mês

NPE = Número de períodos excedidos, ou seja, em que o limiar de qualidade foi excedido.

TPM = Total de Períodos do Mês

Considerando um período igual a 12 horas.

5.17.7. Para ilustrar a aplicação do nível de serviço, podemos imaginar que o link X, de velocidade de 10 Mbps, teve a latência excedida no mês de janeiro por 22 (vinte e dois) períodos. Posteriormente foi observada mais uma ocorrência de 1 (um) período, sendo que neste caso se comprovou que foi causada por alta taxa de utilização da banda. Neste caso teríamos:

01 (um) dia - 02 (dois) períodos de 12 (doze) horas

01 (um) mês de 30 (trinta) dias - 60 (sessenta) períodos de 12(doze) horas

$$ILATM = (22 / 60) * 100$$

$$ILATM = 36,67$$

5.17.8. Neste caso, teríamos uma latência aferida de 36,67, e como o link tem sua latência média mensal contratada de 30, por ser de 10 Mbps, ele não teria atingido o NMS no mês de janeiro.

5.17.9. Sempre que determinado circuito não atingir o NMS contratado, será aplicado uma glosa nos valores individuais dos serviços da fatura daquele mês, conforme previsto no item “17 - Recebimento e avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues”.

5.17.10. Os descontos a serem aplicados deverão respeitar a “Tabela 6 - Glosas devido ao não cumprimento do NMS de latência”:



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Velocidade de acesso	Média Mensal	Penalidade
300Mbps a 400Mbps	acima de 10ms	5 %
4Mbps a 8 Mbps	acima de 80ms	2 %
10Mbps a 80Mbps	acima de 30ms	4 %

*Tabela 6 - Glosas devido ao não cumprimento do NMS de latência*

- 5.17.11. Retornando ao caso exemplificado anteriormente, como a latência aferida foi de 36,67 ms e a contratada de 30 ms, o link X, sofreria uma redução de pagamento de 4 % do seu valor no mês de janeiro.

**5.18. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO - PERDA DE PACOTES**

5.18.1. A perda de pacotes do circuito visa medir a quantidade de pacotes com erro em um enlace fim-a-fim. É medida em percentual tomando como referência o volume total de pacotes que alcançaram o destino (medido na interface LAN do roteador do terminal de destino) dentre o volume total de pacotes transmitidos (medido na interface LAN do roteador do terminal de origem).

5.18.2. Para o cálculo da perda de pacotes deverá ser considerada a média coletada da interface dos roteadores de origem e destino, desde a hora zero do primeiro dia do mês até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do último dia do mês medido.

5.18.3. As perdas de pacotes que por ventura existirem serão medidos a partir das perdas aferidas pelos equipamentos roteadores. A CONTRATADA deverá garantir os meios necessários para que a CONTRATANTE possa monitorar tais equipamentos, através da disponibilização de mecanismos de medição, tais como acesso SNMP, conforme descrito no item “4 - Especificações técnicas”.

5.18.4. A CONTRATADA garantirá uma perda de pacotes média mensal menor ou igual as perdas definidas na tabela abaixo:

Velocidade de acesso	Perda de Pacotes
300 Mbps a 400 Mbps	< = 0,05%
10 Mbps a 80 Mbps	< = 1%
4 Mbps a 8 Mbps	< = 1,5 %

*Tabela 7 - Perda de pacotes contratada por lote*

5.18.5. Nos casos em que a CONTRATADA conseguir comprovar que a taxa média mensal da perda de pacotes não foi alcançada por qualquer falha em seu sistema de comunicação de dados, mas sim devido à problemas da CONTRATANTE, como por exemplo alta taxa de utilização da banda, a perda será desconsiderada para fins de cálculo do NMS.

5.18.6. Assim, a perda de pacotes será expressa em porcentagem através da seguinte fórmula:



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

$$IPPM = (PPMED / TPTOT) * 100$$

Considerando:

IPPM = Índice de Perda de Pacotes no Mês

PPMED = Perda de Pacotes Média no Mês

TPTOT = Tráfego Total de Pacotes no Mês

5.18.7. Para ilustrar a aplicação do nível de serviço, podemos imaginar que o link X, de velocidade de 10 Mbps, teve uma perda média de 1200 pacotes no mês de janeiro, de um tráfego total de 50000 pacotes. Posteriormente foi observada mais uma perda média de 400 pacotes, sendo que neste caso se comprovou que foi causada por alta taxa de utilização da banda. Nesse caso teríamos:

$$IPPM = (1200 / 50000) * 100$$

$$IPPM = 2,4$$

5.18.8. Neste caso, teríamos uma perda de pacotes aferida de 2,4 %, e como o link tem sua média de perda de pacotes contratada de  $\leq 1\%$ , ele não teria atingido o NMS no mês de janeiro.

5.18.9. Sempre que determinado circuito não atingir o NMS contratado, será aplicado uma glosa nos valores individuais dos serviços da fatura daquele mês, conforme previsto no item “17 - Recebimento e avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues”.

5.18.10. Os descontos a serem aplicados deverão respeitar a “Tabela 8 - Glosas devido ao não cumprimento do NMS de perda de pacotes”:

Velocidade de acesso	Perda de Pacotes	Penalidade
300 Mbps a 400 Mbps	$\geq 0,05\%$	5 %
10 Mbps a 80 Mbps	$\geq 1\%$	2 %
4 Mbps a 8 Mbps	$\geq 1,5\%$	4 %

*Tabela 8 - Glosas devido ao não cumprimento do NMS de perda de pacotes*

5.18.11. Retornando ao caso exemplificado anteriormente, como a perda de pacotes aferida foi de 2%, e a contratada de  $\geq 1\%$ , o link X, do Lote 2, sofreria uma redução de pagamento de 2% desse valor no mês de janeiro.

**5.19. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO - INSTALAÇÃO E MUDANÇA DE CIRCUITOS**

5.19.1. O nível mínimo de serviço de instalação e mudança de circuito visa medir o tempo em que a solução contratada estará disponível para utilização pela CONTRATANTE, a partir da efetivação da solicitação de instalação ou mudança de endereço do circuito.

5.19.2. O prazo para instalação e mudança de circuitos será de até 30 (trinta) dias corridos

5.19.3. A CONTRATADA, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

solicitação do circuito, deverá informar, por meio de relatório encaminhado à CONTRATANTE, a necessidade de obras civis ou de infraestrutura elétrica para a instalação do circuito em questão, bem como os problemas que tiver em sua própria infraestrutura para o atendimento do pedido.

- 5.19.4. Nos casos de pendências de infraestrutura da CONTRATANTE, será estabelecido um novo prazo de até 30 dias corridos, a critério da CONTRATANTE, a partir da comunicação do término das providências pela DPGE-RJ.
  - 5.19.5. Nos casos de pendências de infraestrutura da CONTRATADA, se devidamente justificado à CONTRATANTE, será estabelecido um novo prazo de até 30 dias corridos para solução dos problemas e instalação do circuito.
  - 5.19.6. Para ilustrar a aplicação do nível de serviço, podemos imaginar que foi solicitada a instalação do link X em 01/03/17, sendo a data limite para a apresentação do relatório pela contratada o dia 16/03/17 (15 dias corridos) e em caso de não haver pendências, a instalação deverá ser efetivada até o dia 31/03/17 (30 dias corridos).
  - 5.19.7. Seguindo o mesmo exemplo acima, podemos imaginar que foi solicitada a instalação do link X em 01/03/17, sendo a data limite para a apresentação do relatório pela contratada o dia 16/03/17 (15 dias corridos) e apontadas pendências de responsabilidade da CONTRATANTE, que foram sanadas e comunicadas a CONTRATADA em 20/03/17, a instalação deverá ser efetivada até o dia 19/04/17 (30 dias corridos).
  - 5.19.8. Em outro exemplo, podemos imaginar que foi solicitada a instalação do link X em 01/03/17, sendo a data limite para a apresentação do relatório pela CONTRATADA o dia 16/03/17 (15 dias corridos) e apontadas pendências de responsabilidade da CONTRATADA, e as justificadas aceitas pela CONTRATANTE em 20/03/17, a instalação deverá ser efetivada até o dia 19/04/17 (30 dias corridos). Em caso das justificativas não serem aceitas pela CONTRATANTE, a instalação deverá ser efetivada até o dia 31/03/17 (30 dias corridos).
  - 5.19.9. Sempre que determinado circuito não atingir o NMS contratado, será aplicado uma glosa nos valores individuais dos serviços da fatura daquele mês, conforme previsto no item “17 - Recebimento e avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues”.
  - 5.19.10. Em caso de atraso injustificado a CONTRATANTE poderá aplicar, a partir do fim do prazo, multa de 1% ao dia sobre o valor do circuito, até o limite de 30 %.
  - 5.19.11. Retornando aos casos exemplificados anteriormente, caso uma instalação prevista para o dia 31/03/17 seja entregue em 25/04/17, haveria um atraso de 25 (vinte e cinco dias) e a multa aplicada seria o limite de 30% sobre o valor cobrado pelo link no mês.
6. Modelo de execução do objeto
    - 6.1. Os serviços contratados deverão ser prestados em regime integral, 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem interrupção da comunicação ou redução de velocidades fora do horário comercial ou em finais de semana e feriados.
    - 6.2. Intervenções, instalações ou mudanças de endereço dos circuitos de rede ocorrerão, preferencialmente, fora do horário de expediente normal, compreendido das 9h às



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

18h, para evitar impacto nas atividades da CONTRATANTE.

- 6.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os equipamentos necessários para a prestação do objeto em cada ponto designado, tais como modems e roteadores.
- 6.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar o monitoramento on-line e acessível pela web dos serviços contratados, incluindo informações sobre o desempenho, taxa de erros e utilização de todos os circuitos contratados.
- 6.5. A CONTRATADA deverá supervisionar, através de monitoramento pró ativo permanente, a disponibilidade dos circuitos, e realizar a devida detecção e correção de indisponibilidades na rede de comunicação de dados.
- 6.6. A fim de ser confrontado com o sistema de monitoramento da CONTRATANTE para verificação do atendimento do acordo de nível de serviço, a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente relatórios comprobatórios de atendimento dos níveis contratados, informando cada interrupção e a respectiva justificativa, quando houver.
- 6.7. A CONTRATADA deverá fornecer e manter atualizada uma lista de recorrência (“escalation list”), com contatos internos para casos em que os níveis de serviço não estiverem sendo atendidos e ser necessário o restabelecimento do serviço.
- 6.8. A CONTRATADA deverá prestar manutenção preventiva da rede, efetuando testes de verificação de qualidade da conexão física e lógica, sem custos adicionais.
- 6.9. A CONTRATADA deverá realizar a manutenção corretiva do hardware (modems e roteadores), no local onde os equipamentos estiverem instalados (on-site) de modo a manter os circuitos ativos. Caso seja necessário retirar o equipamento para conserto em laboratório, deverá ser substituído por outro com as mesmas características do original.

7. Prazo de Implantação dos circuitos

- 7.1. A instalação e ativação da rede, que compreendem a execução de toda a infraestrutura necessária para o serviço de comunicação de dados MPLS a ser instalada na totalidade dos locais designados pela CONTRATANTE em cada um dos pontos de acessos (ou nós da rede) constantes do Anexo A, bem como a ativação dos circuitos de transmissão de dados de acordo com as especificações do Edital, deverá ser concluída no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato.
- 7.2. Para tanto, os circuitos contidos no Lote 1 (Serviço de Internet), deverão ser finalizados em até 30 (trinta) dias, a conta da assinatura do Contrato.
- 7.3. Em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, também deverão estar concluídas, pelo menos a implementação e ativação do lote 2 da rede e mais 40% dos demais nós.
- 7.4. A instalação não poderá interferir em qualquer outra estrutura de comunicação de dados existente na rede da CONTRATANTE, devendo quaisquer danos eventualmente causados serem reparados pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.
- 7.5. O agendamento das instalações dos pontos de acesso deverá ser feito pela CONTRATADA junto à equipe indicada pela CONTRATANTE.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 7.6. O aceite final da instalação será efetuado somente após à conclusão das verificações de conformidade com os requisitos pelos técnicos da CONTRATANTE em todos os pontos de acesso à rede.
  - 7.7. Durante a vigência do contrato, a CONTRATANTE poderá solicitar alterações de velocidades dos circuitos MPLS, de acordo com as velocidades constantes no item “3 - Descrição da solução a ser contratada”.
  - 7.8. As alterações de velocidade deverão ser realizadas sem custo para a CONTRATANTE, havendo apenas a incidência do valor mensal do serviço para a nova velocidade.
  - 7.9. O prazo para a realização das alterações de velocidade, incluindo qualquer alteração necessária à infraestrutura, será de 30 (trinta) dias corridos a contar da emissão da respectiva ordem de serviço.
  - 7.10. A contratada deverá realizar, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, as alterações de configurações e parâmetros de rede solicitadas que não impliquem em mudanças de endereços ou alterações de velocidades.
8. Local de prestação do serviço
    - 8.1. Os serviços de transporte de dados e acesso à Internet serão prestados nas localidades indicadas pela CONTRATANTE, descritas no anexo A, bem como em novas sedes inauguradas durante a vigência do contrato.
    - 8.2. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar a mudança ou instalação de novo circuito para melhor atender a demanda e necessidades de atendimento da população assistida, cabendo a CONTRATADA a mudança do link de dados para o novo local ou proceder nova instalação caso seja uma sede nova.
    - 8.3. Os serviços de gerência e suporte deverão ser executados nas instalações da CONTRATADA, podendo os responsáveis pelo acompanhamento técnico e gerencial da CONTRATADA serem convocados à prestarem informações na sede da CONTRATANTE.
  9. Mensuração do objeto contratado
    - 9.1. A mensuração dos serviços de transporte de dados e acesso à internet será contabilizado mensalmente, por cada circuito operante no mês de apuração, podendo variar seu valor de acordo com a velocidade e seu respectivo lote.
    - 9.2. Já os serviços de instalação de novos circuitos ou mudança de endereços, serão mensurados por demanda, a partir da execução e aprovação de cada Ordem de Serviço.
    - 9.3. A estimativa de quantidade de circuitos necessários, divididos por lotes, se deu a partir de uma análise da quantidade de enlaces atualmente instalados na rede da CONTRATANTE, bem como no histórico de expansão experimentado nos últimos 30 (trinta) meses.
    - 9.4. Já as velocidades a serem contratadas foram estimadas com base nas velocidades atuais implantadas na rede da CONTRANTE, adicionadas de futuras expansões que por ventura possam ser necessárias devido à ampliação do consumo de recursos de rede.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

9.5. O resumo da volumetria de circuitos, divididos por lote, que podem ser ativados durante a vigência contratual, bem como o quantitativo de novas instalações ou mudanças de endereço, estão resumidos no item “3.4 - Composição dos itens e lotes do objeto licitado”.

10. Mecanismos Formais de Comunicação entre a Contratada e a Administração

10.1. Toda a comunicação com a empresa se dará por meio de documentos oficiais, apresentados na Tabela 9 - Meio oficiais de comunicação.

10.2. A troca de informações por outros meios não previstos neste Termo de Referência terá caráter não oficial e não produzirá efeitos que gerem ônus para quaisquer das partes.

10.3. A CONTRATADA indicará 1 (um) Gestor técnico, responsável pela gestão e providências de toda a demanda técnica enviada pela CONTRATANTE, e 1 (um) preposto, responsável pela gestão e providências de toda a demanda administrativa do contrato.

10.4. Toda intermediação ocorrerá por meio do gestor técnico e do preposto, que deverão se fazer presentes nas instalações da CONTRATANTE sempre que solicitado.

Documento	Emissor	Destinatário	Aprovação	Meio de distribuição	Periodicidade
Ata de Reunião	Contratada	Contratante	Contratante e Contratada	E-mail	A cada reunião
Abertura de chamado reativo para resolução de incidentes de rede	Contratante	Contratada	-	Ticket	Quando necessário
Ordem de Serviço para alteração de circuito	Contratante	Contratada	-	Ticket	Quando necessário
Ordem de Serviço para instalação de novo circuito	Contratante	Contratada	-	Ticket	Quando necessário
Relatório de acompanhamento da implantação do projeto	Contratada	Contratante	Contratante	Ofício	Mensal
Relatório de otimização dos circuitos	Contratada	Contratante	Contratante	Ofício	Semestral
Caderno de pré faturamento	Contratada	Contratante	Contratante	Ofício	Mensal
Termo de Recebimento Provisório	Contratante	Contratada	Contratante	Ofício	Mensal
Autorização para faturamento	Contratante	Contratada	Contratante	Ofício	Mensal
Termo de	Contratante	Contratada	Contratante	Ofício	Mensal

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Recebimento Definitivo					
Nota Fiscal	Contratada	Contratante	Contratante	Ofício	Mensal
Notificação em geral, inclusive sanções	Contratante e Contratada	Contratada	Contratante e Contratada	Ofício	Quando necessário

*Tabela 9 - Meio oficiais de comunicação*

- 10.5. Abertura de chamados técnicos, visando a correção de qualquer incidente de rede, ou até mesmo com a solicitação de alteração de configuração dos circuitos, bem como a solicitação de instalação de novos circuitos, serão feitos exclusivamente pela Central de Atendimentos da Contratada, por meio da abertura de “tickets” de atendimento.
11. Transferência de conhecimento
- 11.1. Compete à CONTRATADA repassar durante a vigência do contrato artefatos, manuais, instruções, documentação, orientações e todos os subsídios para que a equipe da CONTRATANTE obtenha os conhecimentos necessários ao perfeito entendimento da rede de dados, no que diz respeito a sua arquitetura, estrutura de dados, estrutura de regras do sistema, objetos, funções, opções e mecanismos da solução implantada.
- 11.2. Ao término do contrato, ou sempre que solicitado, a CONTRATANDA deverá fornecer à CONTRATANTE a documentação “as build” da solução implantada, identificando a topologia da rede, os ativos existentes nas instalações da CONTRATANTE, as regras de CoS e QoS implantadas, por localidades, as principais configurações aplicadas aos roteadores e demais informações que as partes considerarem como necessárias para o domínio da arquitetura implantada por parte da CONTRATANTE.
- 11.3. Semestralmente e ao término do contrato, a CONTRATADA deverá entregar estudo contendo as avaliações de tráfego, indicando à CONTRATANTE como otimizar seus circuitos, e desenvolvendo proposta para a inclusão de otimizadores (compressão e QoS a nível de aplicação) de rede de longa distância que se façam necessários para a contenção de custos.
12. Critérios de segurança da informação institucional e sigilo
- 12.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato.
- 12.2. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados ou informações contidas em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, incluindo meios de armazenamento e o que lhe for transferido por meio de canal de conectividade, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.
- 12.3. A CONTRATADA deverá adotar os procedimentos básicos de segurança a seguir:
- 12.3.1. Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 12.3.2. A CONTRATADA deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Cumprimento das Normas de Segurança da Informação, conforme modelo existente no ANEXO II - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO, declarando total obediência às normas de segurança vigente, ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, pela CONTRATANTE.
- 12.3.3. A CONTRATADA deverá dar ciência e providenciar os mecanismos que julgar necessários para que seus empregados cumpram as normas e procedimentos de segurança da informação instituídos pela CONTRATANTE.
- 12.3.4. Cabe à CONTRATADA estabelecer política de segurança da informação própria, em acordo com todas as normas da CONTRATANTE referentes à segurança da informação e da infraestrutura de TI, principalmente no que tange à determinação da Comissão de Segurança da Informação e aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da CONTRATANTE.
- 12.3.5. Todas as informações obtidas e/ou produzidas decorrentes da contratação e execução das atividades são de propriedade da CONTRATANTE.
- 12.3.6. É proibida a interceptação de qualquer tráfego oriundo ou destinado a CONTRATANTE sem autorização judicial, sendo punida qualquer interceptação indevida com a imediata rescisão unilateral do contrato, além das demais penalidades judiciais e administrativas que se aplicarem.
- 12.4. A CONTRATADA responderá pelo não cumprimento por quaisquer de seus empregados das normas e procedimentos de segurança da informação instituídos pela CONTRATANTE.
13. Deveres e responsabilidades da Contratante
- 13.1. Especificar e estabelecer normas e diretrizes para a execução dos serviços contratados, definindo as prioridades, regras, bem como os prazos e etapas para cumprimento das obrigações.
- 13.2. Prover as informações necessárias para que a CONTRATADA possa dar andamento às suas atividades, devendo observar o sigilo das informações.
- 13.3. Dar conhecimento à CONTRATADA da Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE.
- 13.4. Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, desde que identificado e incluído na relação de técnicos autorizados, o acesso às dependências do Órgão, respeitadas as normas de segurança vigentes.
- 13.5. Designar fiscais que atuarão para acompanhar, fiscalizar e atestar as faturas decorrentes da execução do contrato conforme previsto no Art. 67 da Lei 8.666/93. Tal fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei nº 8.666/93).



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 13.6. Promover a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo as medidas corretivas necessárias, bem como acompanhar o desenvolvimento do contrato, conferir os serviços executados e atestar os documentos fiscais pertinentes, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais.
- 13.7. Avaliar relatório mensal dos serviços executados pela CONTRATADA, observando os indicadores e metas de níveis de serviço alcançados.
- 13.8. Verificar a regularidade da situação fiscal e dos recolhimentos sociais trabalhistas da CONTRATADA, conforme determina a lei, antes de efetuar o pagamento devido.
- 13.9. Convocar, a qualquer momento, o preposto da CONTRATADA para que adote medidas corretivas junto aos técnicos da empresa, preste esclarecimento ou sane problemas que caracterizam manutenção da solução.
- 13.10. Sempre que necessário, solicitar relatório atualizado da prestação do serviço, que será elaborado pela CONTRATADA sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 13.11. Notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificadas na execução dos serviços objeto da contratação, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus técnicos, quando em atendimento, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente para a CONTRATANTE.
- 13.12. Homologar os serviços prestados de acordo com os requisitos preestabelecidos, atestando as respectivas faturas.
- 13.13. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias, após a aceitação dos serviços faturados.
- 13.14. Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas apresentadas pela CONTRATADA.
14. Deveres e responsabilidades da Contratada
- 14.1. Entregar os produtos e executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao cumprimento das cláusulas contratuais.
- 14.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso seja exigida no Termo de Referência, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 14.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, atentando para os requisitos mínimos de qualificação quando definidos neste Termo de



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

Referência,

- 14.5. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.
- 14.6. Indicar Gestor Técnico e Gestor Administrativo na cidade do Rio de Janeiro para atuar como ponto focal da CONTRATADA e representá-la durante a vigência contratual, objetivando prestar esclarecimentos e informações pertinentes ao contrato e ao faturamento, receber e resolver notificações e reclamações, efetuar acordos a respeito do serviço, dentre outras atribuições, apresentando nome, endereço de e-mail, telefone fixo e celular com código de área 21, inclusive para os casos de urgência, em observância ao disposto no art. 68 da lei 8.666/93.
- 14.7. No caso de substituição dos profissionais indicados pela CONTRATADA a CONTRATANTE deverá ser comunicada, num prazo não superior a 48 horas, dos seus respectivos substitutos.
- 14.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.
- 14.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas e de segurança da informação da CONTRATANTE.
- 14.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 14.11. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 14.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 14.13. Todos os profissionais alocados pela CONTRATADA para atendimento ao exigido neste Termo de Referência deverão ser de inteira responsabilidade desta perante os regimes legais de contratação trabalhista.
- 14.14. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto do presente Termo de Referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.
- 14.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 14.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 14.17. Cumprir com os prazos e padrões de qualidade e serviços ofertados nas condições estipuladas neste Termo de Referência.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 14.18. Cumprir fielmente o Contrato de modo que o serviço se realize com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.
  - 14.19. Prestar os serviços dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, nos locais indicados, a fim de manter os serviços da CONTRATANTE e de seus usuários em condições de funcionamento, observando as normas de segurança do órgão.
  - 14.20. Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange a regularidade fiscal, desempenho e capacidade técnica operativa.
  - 14.21. Assinar e aceitar o termo de confidencialidade, que deverá ser emitido pela CONTRATANTE após a assinatura de Contrato.
  - 14.22. Responsabilizar-se pela garantia dos serviços e equipamentos utilizados para atender ao objeto contratual, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.
  - 14.23. Instalar, ativar, configurar, efetuar a manutenção e operação dos equipamentos de conectividade necessários à prestação do serviço.
  - 14.24. Efetuar monitoramento da sua infraestrutura a fim de identificar problemas de funcionamento no ambiente instalado, antecipar e prevenir a ocorrência de descontinuidade dos serviços contratados, e fornecer o suporte técnico e soluções junto ao Contratante garantindo o padrão de qualidade.
  - 14.25. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº. 8.666/1993.
  - 14.26. Aceitar as supressões de serviços não efetivamente utilizados pelo Contratante, observando-se os limites estabelecidos na legislação.
  - 14.27. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados a CONTRATANTE, em decorrência da execução do contrato, incluindo os danos causados a terceiros, a qualquer título.
  - 14.28. Manter durante a vigência contratual informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos.
  - 14.29. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização pelo CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas.
  - 14.30. Arcar com todos os custos de aquisição e montagem de todos os recursos e da infraestrutura necessária para execução dos serviços contratados.
  - 14.31. Elaborar e apresentar relatórios gerenciais dos serviços demandados, contendo o detalhamento dos serviços executados e em andamento e as demais informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação da execução dos serviços.
15. Modelo de gestão do contrato
- 15.1. A partir da assinatura do contrato, a CONTRATADA indicará 1 (um) Gestor técnico e 1



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(um) preposto, que, somados a outros dois representantes indicados pela CONTRATANTE, formarão o Conselho Gestor do Contrato.

- 15.2. No caso de substituição dos profissionais indicados pela CONTRATADA a CONTRATANTE deverá ser comunicada, num prazo não superior a 48 horas.
- 15.3. O Conselho Gestor deverá realizar minimamente uma reunião a cada mês nas instalações da CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato, a fim de decidir aspectos gerenciais e técnicos das implantações, bem como solucionar problemas de ordem técnica e comercial.
- 15.4. A critério da CONTRATANTE, o Conselho poderá realizar reuniões extraordinárias, independentemente da quantidade de reuniões já realizadas naquele mês.
- 15.5. O Conselho Gestor não substituirá a figura do fiscal do Contrato prevista no art. 67 da Lei 8.666/93, com as atribuições definidas de acordo com o item “16 - Fiscalização contratual”.
- 15.6. A CONTRATADA deverá providenciar a ata das reuniões do Conselho e distribuí-la aos participantes em até 48 horas, após a realização das reuniões.
- 15.7. Os participantes do Conselho devem realizar a primeira reunião em até 01 (uma) semana a contar da assinatura do Contrato, onde será feito o alinhamento quanto às expectativas da CONTRATANTE, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no contrato, edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas da CONTRATADA acerca da execução dos serviços.
- 15.8. Em tal reunião também serão apresentados os representantes da CONTRATADA e a equipe de acompanhamento e fiscalização da CONTRATANTE, bem como serão feitas as validações dos requisitos contratuais, definição de um cronograma inicial de trabalho e entregues os termos de responsabilidade e sigilo assinados pela equipe da CONTRATADA que atuará no projeto.
- 15.9. Em até 15 (quinze) dias úteis a contar da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao Conselho Gestor, na forma de relatório, possíveis problemas constatados nas instalações da CONTRATANTE que poderão impactar na execução do projeto, bem como apresentar a sugestão de melhores práticas no que tange a infraestrutura civil e elétrica das localidades envolvidas, que serão analisadas e implantadas pela CONTRATANTE conforme seu critério.
- 15.10. Também em até 15 (quinze) dias úteis a contar da assinatura do contrato, deverá ser apresentado pela CONTRATADA o “Plano de Implantação de Serviços” e o cronograma detalhado do projeto com as datas de implantação de cada localidade da CONTRATANTE, não devendo exceder os prazos estabelecidos no item “7 - Prazo de Implantação dos circuitos”.
- 15.11. A critério da CONTRATANTE, por razões fundamentadas e comprovadas, este cronograma poderá ser estendido pelo prazo a ser estabelecido pela equipe de fiscalização do Contrato.
- 15.12. A CONTRATADA apresentará também, um conjunto de melhores práticas a serem observadas na manutenção e no gerenciamento de sua rede, que será alvo de análise pelo Conselho Gestor do Contrato, que poderá adicionar alterações em função do



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

melhor aproveitamento da rede a ser implantada. Esta apresentação deve ser realizada em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do Contrato, em reunião com o Conselho Gestor do Contrato.

- 15.13. A CONTRATADA é responsável por apresentar ao Conselho Gestor do Contrato, em até 30 (trinta) dias após a implantação dos enlaces, a documentação do projeto implantado contemplando, na totalidade, os itens relacionados no corpo deste documento e seus anexos, incluindo as definições de QoS e largura das bandas implantadas.
- 15.14. O documento do projeto implantado deve conter ainda a comprovação de uso de Tecnologia que seja permitida e homologada pela entidade de Telecomunicações responsável no Brasil (ANATEL).
- 15.15. Periodicamente, a cada 06 (seis) meses, a CONTRATADA deverá apresentar ao Conselho Gestor estudo contendo as avaliações de tráfego, indicando à CONTRATANTE como otimizar seus circuitos, e desenvolvendo proposta para a inclusão de otimizadores (compressão e QoS a nível de aplicação) de rede de longa distância que se façam necessários para a contenção de custos.

### 16. Fiscalização contratual

- 16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato serão realizados por servidores da CONTRATANTE, em atendimento ao disposto no Art. 67 da Lei 8.666/93, designados como Fiscais do Contrato, os quais obedecerão às disposições da legislação vigente e demais normas e resoluções internas do órgão.
- 16.2. Todo trabalho realizado pela CONTRATADA estará sujeito à avaliação técnica dos representantes da Administração, sendo homologado e atestado quando estiverem de acordo com o padrão de qualidade exigido pela CONTRATANTE e de acordo com as demais condições exigidas na contratação.
- 16.3. A documentação técnica gerada deverá seguir o padrão definido na contratação, sendo verificada por responsável técnico e atestada pela equipe de fiscalização do contrato.
- 16.4. Caberá a equipe de fiscalização designada rejeitar no todo ou em parte, qualquer material que não esteja de acordo com as exigências e especificações deste Termo de Referência.
- 16.5. A presença da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA.
- 16.6. A equipe de gestão do contrato e fiscalização será composta por um Gestor do Contrato e três fiscais, com seus respectivos substitutos, a serem designados pela Secretaria Geral da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, antes do início da vigência contratual. Os substitutos indicados atuarão nas ausências eventuais e impedimentos legais dos titulares.
- 16.7. Os fiscais nomeados terão atribuições de fiscalização específicas, sendo compostas por 1 (um) fiscal administrativo, 1 (um) fiscal requisitante e 1 (um) fiscal técnico, bem como por seus respectivos substitutos.
- 16.8. O Gestor de contrato terá atuação estratégica na condução do atendimento da

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

necessidade pública, titularizando a supervisão, coordenação e comando da execução do contrato, competindo a este:

- 16.8.1. Representar a Administração contratante perante o contratado.
- 16.8.2. Acompanhar os aspectos gerenciais, técnicos e operacionais relacionados ao processo de gestão do contrato, zelando para pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §1º e 2º do art. 67 da Lei no 8.666/1993.
- 16.8.3. Zelar pela garantia do interesse público, com a promoção de medidas necessárias e adequadas a cada caso.
- 16.8.4. Sempre que notificado pelo fiscal administrativo e julgar necessário, adotar junto ao setor competente as ações e providências para adequação do empenho do contrato.
- 16.8.5. Sempre que notificado pelo fiscal requisitante, adotar junto ao setor competente as providências necessárias para o aditamento contratual ou envio de novo termo de referência para licitação.
- 16.8.6. Encaminhar ao setor competente a solicitação de prorrogação contratual, quando for o caso, com base na documentação contida no Histórico de Gerenciamento do Contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação.
- 16.8.7. Promover para si e para a equipe de fiscalização a capacitação necessária para o desempenho de suas funções, mediante solicitação ao setor responsável e inclusão no Plano de Educação Continuada da DPGE-RJ.
- 16.8.8. Encaminhar, formalmente, Demandas, Ordens de Serviço ou de Fornecimento de Bens ao preposto da CONTRATADA ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato, que deverá conter, no mínimo:
  - a. definição e a especificação dos serviços a serem realizados ou bens a serem fornecidos;
  - b. o volume de serviços a serem realizados ou a quantidade de bens a serem fornecidos segundo as métricas definidas em contrato;
  - c. o cronograma de realização dos serviços ou entrega dos bens, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos; e
  - d. a identificação dos responsáveis pela solicitação na Área Requisitante da Solução.
- 16.8.9. Oficiar à CONTRATADA a realização de eventuais glosas no faturamento.
- 16.8.10. Encaminhar indicação de glosas e sanções para o setor competente.
- 16.8.11. Confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Definitivo para fins de encaminhamento para pagamento, com base nas informações produzidas pelos fiscais do contrato.
- 16.8.12. Autorizar a emissão de nota (s) fiscal (is), a ser (em) encaminhada(s) ao preposto da CONTRATADA.
- 16.8.13. Atestar as notas fiscais e faturas, e juntar ao Processo de Pagamento o Relatório de



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Acompanhamento Contratual.

- 16.8.14. Encaminhar ao setor competente eventuais pedidos de modificação contratual.
  - 16.8.15. Manter o Histórico de Gerenciamento do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica.
  - 16.8.16. Acompanhar as atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do contrato observando: a) a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração; b) a entrega de versões finais dos produtos contratados; e c) a devolução de recursos, caso oportuno.
  - 16.8.17. Notificar por escrito à Contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, se necessário.
  - 16.8.18. Subsidiar a Secretaria Geral de elementos suficientes e necessários à notificação da Contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do contrato, que possam motivar aplicação de penalidades.
  - 16.8.19. Em caso de inexecução parcial ou total, comunicar à Coordenação de Licitações e Contratos, requerendo a adoção das providências necessárias para a regularização do ajuste, caso seja pertinente a aplicação das penalidades previstas no art. 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 16.9. Ao fiscal administrativo compete auxiliar o Gestor do Contrato nas atribuições de:
- 16.9.1. Acompanhar os saldos contratuais, financeiros e de empenho para que reveja sua dimensão e antecipadamente comunique ao Gestor do Contrato para providências de adequação contratual, modificação do empenho ou envio de novo Termo de Referência para licitação.
  - 16.9.2. Atestar, em despacho próprio, a teor do edital e contrato, o cumprimento de obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias e a manutenção das condições de aptidão, que foram determinantes para a adjudicação do contratado.
  - 16.9.3. Mensurar, quando for o caso:
    - a. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
    - b. adequação dos perfis profissionais alocados ao Contrato; e
    - c. a satisfação do público usuário.
- 16.9.4. Comunicar, formalmente, ao Gestor deste Contrato e à CONTRATADA, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal.
- 16.10. Ao fiscal requisitante compete auxiliar o Gestor do Contrato nas atribuições de:
- 16.10.1. Avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e as justificativas por não cumprimento de termos contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos neste Termo.
  - 16.10.2. Identificar não conformidades com os termos contratuais.
  - 16.10.3. Confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Definitivo para fins de



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

encaminhamento para pagamento, com base nas informações produzidas ao longo da gestão contratual.

- 16.10.4. Verificar a manutenção da necessidade e oportunidade da contratação.
- 16.10.5. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e verificar o cumprimento integral da execução dos serviços.
- 16.10.6. Comunicar, formalmente, ao Gestor deste Contrato e à CONTRATADA, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal.
- 16.10.7. Encaminhar ao Gestor do Contrato eventuais pedidos de modificação contratual.
- 16.11. Ao fiscal técnico compete auxiliar o Gestor do Contrato nas atribuições de:
  - 16.11.1. Confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Provisório, quando da entrega do objeto resultante de cada Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens.
  - 16.11.2. Avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e as justificativas por não cumprimento de termos contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos neste Termo.
  - 16.11.3. Identificar não conformidade com os termos contratuais.
  - 16.11.4. Verificar a manutenção das condições classificatórias referentes à habilitação técnica.
  - 16.11.5. Controlar o prazo de vigência deste instrumento contratual sob sua responsabilidade e verificar o cumprimento integral da execução dos serviços.
  - 16.11.6. Receber e atestar os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto fornecimento dos serviços para fins de pagamento.
  - 16.11.7. Comunicar, formalmente, ao Gestor deste Contrato e à CONTRATADA, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como indicar glosas na Nota Fiscal.
  - 16.11.8. Encaminhar ao Gestor do Contrato eventuais pedidos de modificação contratual.
- 16.12. Os fiscais comunicarão, por escrito, as deficiências porventura verificadas no fornecimento, para imediata correção, sem prejuízo das sanções e glosas cabíveis
- 16.13. À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do presente documento, da proposta da empresa e das cláusulas do futuro contrato.
- 16.14. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato serão submetidas à apreciação da autoridade competente do CONTRATANTE, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.
- 16.15. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou inobservância técnicas ou legais, uso inadequado dos equipamentos ou acessórios disponibilizados aos funcionários alocados, e, na sua ocorrência, não implicará em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

17. Recebimento e avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues
- 17.1. Até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de prestação do serviço, a CONTRATADA deverá encaminhar por meio de Ofício endereçado ao fiscal técnico do Contrato as comprovações necessárias para demonstrar os serviços realizados durante o período.
- 17.2. Para tanto, deverá ser encaminhado Caderno de pré-faturamento contendo minimamente:
- a. Número do Contrato Administrativo;
  - b. Mês de Referência dos serviços;
  - c. Relação de links instalados, com seus devidos identificadores e valores contratados;
  - d. Relação de serviços de instalação, remoção ou mudança de endereço realizados durante o período, com a identificação das Ordens de Serviço que originaram o pedido;
  - e. Níveis mínimos de serviço contratados;
  - f. Método de aferição dos níveis de serviço;
  - g. Níveis mínimos dos serviços aferidos para cada link e para cada serviço, quando for o caso;
  - h. Justificativas individualizadas para possíveis não cumprimentos dos níveis; e
  - i. Proposta de glosa da CONTRATADA para o caso de não cumprimento dos níveis mínimos contratados, de acordo com os deflatores previstos no item “5 - Níveis mínimos de serviço contratado”.
- 17.3. Juntamente ao Caderno de pré-faturamento a CONTRATADA deverá ainda apresentar as comprovações de regularidade fiscal e trabalhista, apresentando os seguintes documentos:
- a. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, por meio da apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;
  - b. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;
  - c. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por meio da Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
  - d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, ou Positiva, com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, observando-se as

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

instruções da Resolução Administrativa nº 1470, de 24 de agosto de 2011, do Tribunal Superior do Trabalho; e

- e. Prova de regularidade perante às contribuições previdenciárias, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CND-EN), emitida pelo INSS; ou Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda), devidamente válida.
  - 17.4. Recebido a documentação elencada, de acordo com o previsto neste Termo, e trazendo os elementos necessários para que seja iniciado a avaliação dos serviços prestados, o Fiscal Técnico emitirá, em até 5 (cinco) dias úteis, o Termo de Recebimento Provisório.
  - 17.5. A equipe de fiscalização da CONTRATANTE avaliará a documentação entregue e em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, apresentará seu parecer quanto à regularidade e qualidade do serviço, indicando glosas por descumprimento dos níveis de serviço, se for o caso.
  - 17.6. O gestor do contrato encaminhará ao preposto da CONTRATADA cópia da avaliação realizada pela equipe de fiscalização e as solicitações de possíveis correções, se for o caso.
  - 17.7. Caso a avaliação da equipe de fiscalização quanto a regularidade e qualidade dos serviços prestados esteja divergente do informado pela CONTRATADA em seu caderno de pré-faturamento, será dado o direito de ampla defesa à CONTRATADA, que em até 15 (quinze) dias úteis deverá se manifestar quanto ao parecer da equipe de fiscalização e, caso não concorde, apresentar as justificativas para tanto.
  - 17.8. Em caso de discordância, a equipe de fiscalização da CONTRATANTE avaliará as justificativas apresentadas e dará parecer final sobre o recebimento do produto e a aplicação de possíveis glosas.
  - 17.9. Após parecer conclusivo da equipe de fiscalização, o Fiscal Requisitante e o Gestor do Contrato emitirão o Termo de Recebimento Definitivo dos serviços prestados, indicando o valor total a ser faturado pela CONTRATADA.
  - 17.10. O Termo de Recebimento Definitivo, bem como a autorização para emissão de Nota Fiscal, será encaminhado por Ofício ao preposto da CONTRATADA.
  - 17.11. Em caso de descumprimentos dos prazos elencados neste item pela CONTRATADA, a CONTRATANTE não poderá ser imputada ao pagamento de encargos adicionais caso os prazos de pagamento estabelecidos no item “22 - Forma de pagamento dos serviços prestados” não sejam cumpridos.
18. Manutenção das condições de habilitação
- 18.1. Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação e qualificação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

18.2. Tais comprovações também compreendem aspectos técnicos dos equipamentos utilizados para a execução do serviço, tais como a certificação dos equipamentos e utilização de Tecnologia permitida e homologada pela ANATEL.

18.3. A CONTRATADA deve ainda manter durante toda a vigência contratual autorização para Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), emitida pela ANATEL, na forma da Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013.

### 19. Glosas

19.1. A CONTRATANTE se reserva ao direito de aplicar glosas nos pagamentos dos serviços prestados, de forma proporcional à impropriedade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a CONTRATADA:

a. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

19.2. As glosas pelo não atendimento dos níveis mínimos de serviços serão aplicadas de acordo com o previsto no item “5 - Níveis mínimos de serviço contratado”.

19.3. As glosas pelo não cumprimento dos níveis de serviço são cumulativas entre si, sendo que seu somatório não pode ultrapassar 20% do valor total da Ordem de Serviço ou valor faturado no mês. A partir de 20% de desconto, a CONTRATANTE se reserva o direito de caracterizar o descumprimento parcial das obrigações assumidas.

19.4. A aplicação de glosas será sempre precedida do direito de defesa por parte da CONTRATADA, que poderá apresentar suas justificativas para o não cumprimento do nível acordado, ficando à critério da CONTRATANTE aceitar ou não as justificativas, conforme os prazos estabelecidos no item “17 - Recebimento e avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues”.

19.5. As glosas não serão aplicadas se, comprovadamente, a CONTRATANTE der causa à variação dos níveis contratados.

19.6. As glosas serão descontadas, preferencialmente, no faturamento do serviço afetado. Em casos excepcionais a CONTRATANTE poderá autorizar o desconto em processo de faturamento diverso, desde que devidamente justificado.

19.7. Durante os primeiros 90 (noventa) dias do contrato, a critério da CONTRATANTE, poderão ser dispensadas os descontos decorrentes do não cumprimento dos níveis mínimos de serviço, como período de ajuste, desde que a CONTRATADA comprovadamente demonstre que os trabalhos de implantação e normalização dos serviços estão em andamento.

19.8. As glosas aqui descritas não se confundem com as sanções administrativas previstas, sendo cumulativas em casos de descumprimento das cláusulas contratuais.

### 20. Sanções

20.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais sobre o valor da contratação, a CONTRATADA que:

a. Cometer fraude fiscal;



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- b.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame
  - c.** Fizer declaração falsa;
  - d.** Comportar-se de modo inidôneo;
  - e.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - f.** Falhar na execução do objeto;
  - g.** Fraudar na execução do objeto;
  - h.** Não celebrar o contrato;
  - i.** Não manter a proposta.
- 20.2. O comportamento previsto na alínea “iv” do item anterior estará configurado quando a CONTRATADA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, 96 e 97 da Lei nº 8.666/93.
- 20.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela CONTRATANTE, inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
  - a.** Advertência;
  - b.** Multa, conforme os procedimentos descritos no item 20.8;
  - c.** Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de até dois anos;
  - d.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 20.4. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Defensoria, declaração de inidoneidade e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 20.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 20.6. Não será aplicada penalidade se, comprovadamente, a falha no fornecimento do serviço advier de caso fortuito ou motivo de força maior, entendida dessa forma pela Administração.
- 20.7. Da sanção aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção no prazo de cinco dias úteis contados da notificação. A autoridade competente poderá,



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

20.8. Caso a CONTRATADA não apresente os resultados desejados, serão aplicados redutores ao pagamento, conforme definições do item “5 - Níveis mínimos de serviço contratado”, e sanções, quando cabíveis.

20.9. Ainda, serão consideradas sanções administrativas, com suas devidas aplicações de multas, os casos relacionados na Tabela 10 - Sanções Administrativas.

Id	Ocorrência	Sanção
1	Não comparecer, após primeira chamada, na reunião inicial e nem apresentar justificativa aceita pela Administração.	Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato.
2	Suspender ou interromper os serviços solicitados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito aceito pela Administração.	Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.
3	Não fornecer todos os dados, documentos e elementos de informação utilizados na execução dos serviços durante a transferência do conhecimento técnico e operacional nos eventos tratados no item “11 - Transferência de conhecimento”.	Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato para cada dia útil de atraso até o limite de vinte dias úteis. A não entrega dos artefatos citados após esse prazo implicará em inexecução parcial do contrato, podendo acarretar rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei no 8.666/93.
4	Não prestar os esclarecimentos formais imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que deverão ser respondidos em até 24 (vinte e quatro) horas.	Multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor total do contrato.
5	Inexecução parcial do contrato, entre estes a recusa injustificada de execução de Ordens de Serviço.	Multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
6	Inexecução total do contrato.	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato e aplicação das demais sanções cabíveis.
7	Recusa em assinar o contrato no prazo máximo de cinco dias úteis após regularmente	Multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do contrato, sem

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

	convocada.	prejuízo da aplicação de outras sanções previstas.
8	Não apresentar garantia contratual dentro do prazo estipulado neste Termo.	Multa de 0,07% (sete centésimos por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% (dois por cento).
9	Descumprimento de cláusulas contratuais em razão de falhas consideradas de natureza grave pela Administração, na forma da lei.	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato e aplicação das demais sanções cabíveis.
10	Reincidência em qualquer ocorrência desta tabela.	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato e aplicação das demais sanções cabíveis.

*Tabela 10 - Sanções Administrativas*

20.10. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade de responsabilidade da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à Administração.

20.11. As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

20.12. As sanções previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**21. Rescisão Contratual**

21.1. Constituem motivo para rescisão do contrato o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93

21.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízo do constante no item “20 - Sanções”.

21.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**22. Forma de pagamento dos serviços prestados**

22.1. Os serviços serão pagos com periodicidade mensal.

22.2. Até o quinto dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá emitir as Notas Fiscais referentes aos serviços prestados e ainda não pagos nos meses antecedentes, cujos Termos de Recebimento Definitivo e a Autorização Para Emissão de Nota Fiscal já tenham sido recebidos pela CONTRATADA.

22.3. Para fins de faturamento, considerar-se-á o período mensal de prestação do serviço de transporte de dados e acesso à Internet o primeiro ao último dia do mês em referência.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Já os serviços de instalação ou mudança de endereço dos circuitos, quando solicitados pelo CONTRATANTE, poderão ser faturados no mês subsequente, após o recebimento definitivo dos serviços pelo CONTRATANTE.

- 22.4. O encaminhamento da nota fiscal e demais documentos necessários ao pagamento deverão ser feitos por meio de Ofício endereçado ao Fiscal Administrativo para verificação, onde deve constar a relação dos meses objeto de faturamento e o número do contrato. Caso sejam identificadas impropriedades, estas deverão ser sanadas pelos responsáveis, sem prejuízo da aplicação de sanções quando cabíveis.
- 22.5. As notas encaminhadas deverão já possuir as possíveis deduções pelo descumprimento dos níveis mínimos de serviço contratado ou por sanções administrativas, quando for o caso. A CONTRANTANTE se reserva ao direito de aplicar as reduções de pagamento devidas no faturamento caso a CONTRATADA não as tenha feito na Nota Fiscal.
- 22.6. O pagamento ocorrerá em até trinta dias a contar do recebimento da nota fiscal pela equipe de fiscalização do contrato.
- 22.7. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA em sua proposta comercial.
- 22.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária
- 22.9. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

*EM = Encargos Moratórios;*

*N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;*

*TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento);*

*I = Índice de compensação financeira, assim apurado:*

$$I = \frac{\frac{TX}{100}}{365}$$

$$I = \frac{\frac{6}{100}}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

- 22.10. A compensação financeira prevista nesta condição deverá ser cobrada em Nota Fiscal específica, após a ocorrência.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 22.11. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 22.12. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta cláusula, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando os prazos em dia de expediente da CONTRATANTE.
- 22.13. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar, ou garantia contratual, suficientes para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

23. Garantia contratual

- 23.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual em uma das modalidades previstas no Art. 56, §1º, da Lei 8666/93, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 23.2. A garantia deverá possuir a validade pelo período de execução do contrato, acrescido de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 23.3. A CONTRATADA poderá optar por prestar a garantia por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 23.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.
- 23.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 23.4.
- 23.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em instituição financeira indicada pela CONTRATANTE, em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.
- 23.7. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).
- 23.8. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.9. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

23.10. A garantia será considerada extinta:

- a. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b. Após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

23.11. O documento referente à garantia contratual será entregue na Coordenação de Contratos e Licitações que se encarregará do seu registro e guarda.

23.12. Para a prestação da garantia contratual, fica vedado à CONTRATADA, pactuar com terceiros (seguradoras, instituições financeiras, entre outras) cláusulas de não resarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de multas por descumprimento contratual.

23.13. A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da empresa, ou de seu preposto, ou, ainda, satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações omissões.

23.14. A CONTRATADA deverá repor, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor da garantia eventualmente utilizada pela CONTRATANTE.

23.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução deste Contrato e do integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, bem como ante a comprovação do pagamento, pela CONTRATADA, de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

24. Reajuste contratual

24.1. Os preços contratados poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes e após formalização do pedido pela CONTRATADA a contar da data da assinatura do Contrato ou do último reajuste, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, ou em outro índice setorial que venha porventura a substituí-lo.

24.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

24.3. Caberá à CONTRATADA, no escopo de sua solicitação, justificar e comprovar a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, tendo como parâmetros básicos os preços de mercado à época dos insumos indispensáveis à



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

prestação dos serviços ora contratados, excluídos aqueles sob controle direto ou indireto da CONTRATADA, apresentando inclusive a Memória de Cálculo e Planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação pela CONTRATANTE.

- 24.4. O preço ajustado já inclui todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar aos mesmos: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.
  - 24.5. Somente será admitido o reajuste dos preços dos serviços contratados desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, sendo o primeiro reajuste somente após decorrido 12 (doze) meses da assinatura do Contrato, e nos subsequentes, contado o período de 12 (doze) meses a partir do último reajuste.
  - 24.6. O prazo para a CONTRATADA solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação/término de vigência contratual, obedecendo-se ao seguinte:
    - a. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste;
    - b. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da prorrogação contratual; e
    - c. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
  - 24.7. É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
25. Modalidade e tipo de licitação
- 25.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/02, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. Assim, a aquisição do objeto deste Termo de Referência será efetiva na modalidade de Pregão Eletrônico.
  - 25.2. O tipo de licitação se dará por menor preço por lote, não sendo admitida, após a fase de lances, proposta que ultrapassar os valores unitários máximos definidos no edital.
26. Critérios de seleção do fornecedor
- 26.1. Sem prejuízo aos demais requisitos legais para habilitação das licitantes ao fornecimento do objeto deste Termo de Referência, fazem-se necessária, pelas características dos serviços a serem fornecidos, atenção aos seguintes requisitos:
    - a. Será requerida das empresas licitantes, para fins de habilitação, a comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação bem-sucedida do serviço de transporte de



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

dados e acesso à Internet para pelo menos 30% do volume de enlaces que se pretende contratar, com suas respectivas velocidades. Ou seja, a licitante deverá comprovar a prestação dos serviços para, pelo menos, 39 enlaces de 4MB, 3 enlaces de 10 MB, 2 enlaces de 20MB, 1 enlace de 40MB, 1 enlace de 100MB e 1 enlace de 300MB.

- b. Será requerida das empresas licitantes, para fins de habilitação, a apresentação de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), emitida pela ANATEL, na forma da Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013.
  - c. A CONTRATADA deverá comprovar por meio de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido ou estarem fornecendo serviço de limpeza contra ataques DDOS (Distributed Denial of Service).
- 26.2. A comprovação de capacidade deverá ser realizada por meio de atestado ou conjunto de atestados que totalizados atendam aos critérios e volumes mínimos exigidos, desde que no mesmo intervalo de doze meses.
- 26.3. O(s) atestado(s) de comprovação da alínea i., referir-se-á(ão) a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução.
- 26.4. No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados válidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da LICITANTE. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, e ainda as que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica como sócia em comum.
- 26.5. A CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar diligências, a qualquer momento, com o objetivo de verificar se o (s) atestado (s) e demais documentos são adequados e atendem às exigências contidas neste Termo de Referência, podendo exigir apresentação de documentação complementar referente à prestação de serviços relativos aos atestados apresentados.
- 26.6. A LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do (s) atestado (s).
- 26.7. Caso a LICITANTE não comprove as exigências deste Termo por meio das documentações requeridas, será desclassificada.
- 26.8. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, de acordo com as exigências deste Termo.
27. ESTIMATIVAS DOS PREÇOS
- 27.1. O valor estimado para esta contratação será previamente definido pela área competente da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Coordenação de Licitações e Contratos, na realização da pesquisa de preços.
- 27.2. Os valores estimados serão discriminados por item, conforme ANEXO C, considerando o prazo de execução contratual por 30 (trinta) meses.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

28. Adequação orçamentária
- 28.1. A indicação da fonte de recursos orçamentários para a presente contratação, bem como sua disponibilidade, será definida e atestada pela área competente da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Diretoria de Orçamento, Finanças e Suprimentos, após realização da pesquisa de preços.
29. Formalização e vigência do contrato
- 29.1. Será formalizado Contrato Administrativo, com vigência de 30 (trinta) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos subsequentes, mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens à administração, nos termos do inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
- a. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - b. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
  - c. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
  - d. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 29.2. Na ocorrência de eventual prorrogação contratual, os custos fixos ou variáveis, não renováveis, que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados.
- 29.3. Depois de homologado o resultado deste Pregão, o licitante vencedor será convocado para assinatura do contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.
- 29.4. Para a prestação dos serviços será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este instrumento e da proposta de preços da licitante vencedora.
- 29.5. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos.
30. Transição contratual
- 30.1. Ao término do contrato, seja por decurso de vigência ou por rescisão antecipada, a CONTRATADA fica obrigada a promover a transição contratual, produzindo um plano de transição, com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, aos técnicos da CONTRATANTE ou aos da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços.
- 30.2. Havendo necessidade de transição contratual, com mudança de fornecedor dos serviços, a CONTRATADA signatária do contrato em fase de expiração, assim considerado o período dos últimos três meses de vigência, deverá repassar para a vencedora do novo certame, por intermédio de eventos formais, os documentos, procedimentos e conhecimentos necessários à continuidade da prestação dos serviços, incluindo a



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

base de conhecimentos, bem como esclarecer dúvidas a respeito de procedimentos no relacionamento entre a CONTRATANTE e a nova Contratada.

- 30.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar, na forma que vier a ser estabelecida pela CONTRATANTE, itens necessários à continuidade dos serviços, compreendendo bases de dados, roteiros de atendimento, documentação de aplicativos e demais informações necessárias à continuação dos serviços.
- 30.4. Ao longo do contrato a CONTRATADA ficará obrigada a promover, gradativamente, a transição contratual, com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos da CONTRATANTE ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus para a CONTRATANTE.
31. Continuidade dos serviços em eventual interrupção contratual
  - 31.1. A transição contratual decorrente de nova licitação para o mesmo objeto ou a eventual interrupção do contrato em vigência por qualquer motivo são riscos inerentes a presente contratação, para os quais concorrem como ações planejadas que favorecem a continuidade dos serviços e provém maior segurança institucional.
  - 31.2. A CONTRATADA deve apresentar qualificação econômico-financeira que minimize a ocorrência do risco de insubsistência da empresa.
  - 31.3. A CONTRATADA deve garantir a CONTRATANTE, mediante cláusula contratual, transferência de todas as obrigações contratuais ao sucessor em caso de venda da empresa CONTRATADA ou incorporação por novos controladores.
  - 31.4. A estratégia de independência da CONTRATANTE tem como objetivo subsidiar o Gestor do Contrato quanto ao encerramento do mesmo, permitindo autorizar os procedimentos quanto ao pagamento da última parcela do contrato.
32. Aprovação
  - 32.1. Aprovo o presente Termo de Referência, por estar de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão.

**VITOR REIS DA COSTA DA SILVA**  
Diretor de Gestão da Informação  
Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

33. Autorização
  - 33.1. Aprovo o presente Termo de Referência. Encaminha-se à Coordenação de Licitações e Contratos para abertura de processo administrativo e iniciação de procedimento licitatório, segundo o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**DENIS DE OLIVEIRA PRAÇA**  
1º Subdefensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro  
Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**ANEXO II**  
**TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** inscrito no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede situada na Av. Marechal Câmara, 314 – centro – Rio de Janeiro/RJ doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <*NOME DA EMPRESA*>, sediada em <*ENDEREÇO*>, CNPJ n.º <*CNPJ*>, doravante denominada CONTRATADA; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO Nº XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação dessas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE; Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

**Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

**CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

**Cláusula Terceira - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente, pelos seus empregados ou terceiros a serviço da CONTRATADA a que venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

**Cláusula Quarta - DOS LIMITES DO SIGILO**

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III - Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

**Cláusula Quarta - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I - A CONTRATADA se compromete a dar ciência a seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I - Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III - Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV - Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

**Cláusula Quinta - DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

**Cláusula Sexta - DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

**Cláusula Sétima - DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL. Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I - A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV - Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descharacterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

VII- O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

**De Acordo**

CONTRATANTE	CONTRATADA
-------------	------------

*<Nome>*

Matrícula: *<Matr.>*

*<Nome>*

*<Qualificação>*

**Testemunhas**

**Testemunha 1**

**Testemunha 2**

*<Nome>*

*<Qualificação>*

*<Nome>*

*<Qualificação>*



SERVICIO PÚBLICO ESTADUAL

Processo n°. E-20/001/539/2017

Data: 14/03/2017 Fls.

Rubrica: \_\_\_\_\_

# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SÉRVICO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE			Licitação por Pregão Eletrônico nº. 024/2017 A Realizar-se 22/08/2017 às 14:00 horas Requisição nº. PES nº. 0055, 0056, 0057 e 0069/2017 Processo nº. E-20/001/539/2017					
A mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constante do EDITAL nº. 024/2017			CARIMBO DA FIRMA					
ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE (ID SIGA)	ESPECIFICAÇÃO (LOTE ÚNICO)	UNID.	QTD	MARCA	PREÇO COM ICMS(R\$)	PREÇO SEM ICMS (R\$)	
			UNIT.	UNIT.		UNIT.	UNIT.	TOTAL
	0461.001.001 0 (ID - 136601)	<p><b>LOTE 3</b></p> <p>SERVICO DE LINK DE COMUNICACAO, DESCRIÇÃO: CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LINKS DE COMUNICACAO DE DADOS COM FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS (HARDWARE E SOFTWARE) QUE COMPOEM A SOLUCAO A SER CUSTOMIZADA, CONFORME PROJETO BASICO</p> <p><b>VALOR GLOBAL MENSAL: R\$</b></p> <p><b>VALOR GLOBAL TOTAL:</b></p> <p><b>LOTE 4</b></p> <p>SERVICO DE LINK DE COMUNICACAO, DESCRIÇÃO: CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LINKS DE COMUNICACAO DE DADOS COM FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS (HARDWARE E SOFTWARE) QUE COMPOEM A SOLUCAO A SER CUSTOMIZADA, CONFORME PROJETO BASICO</p> <p><b>VALOR GLOBAL MENSAL: R\$</b></p> <p><b>VALOR GLOBAL TOTAL:</b></p>	MÊS	30				
OBSERVAÇÕES			Prazo de entrega: De acordo com o Termo de Referência Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis. Local de entrega/execução: conforme o Termo de Referência. Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente. Em _____ / _____ / _____. FIRMA PROPOENTE					
DATA / /			FIRMA PROPOENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL					



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE		ANEXO II Licitação por Pregão Eletrônico nº. 024/2017 A Realizar-se 22/08/2017 às 14:00 horas Requisição nº. PES nº. 0055, 0056, 0057 e 0069/2017 Processo nº. E-20/001/539/2017								
ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE (ID SIGA)	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	CARIMBO DA FIRMA		PREÇO COM ICMS(R\$)		PREÇO SEM ICMS (R\$)	
					UNIT.	TOTAL	UNIT.	TOTAL		
		<p><b>Obs.: O detalhamento completo encontra-se discriminado no Termo de Referência (Anexo I).</b></p> <p>1) <u>O licitante deverá encaminhar juntamente com a proposta detalhe, planilha de composição de custos, discriminando os valores referentes aos equipamentos e serviços, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I).</u></p> <p>2) <u>Seque a este os anexos IA e IIA.</u></p> <p><b>DADOS BANCÁRIOS /LICITANTE:</b>  <u>Banco (Nome/Número)</u>  <u>Aq. (Nome/número)</u>  <u>Conta Corrente nº:</u>  <b>INFORMAÇÕES PARA FATURAMENTO:</b>  <u>DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPGE/RJ</u>  <u>CNPJ: 31.443.526/0001-70</u>  <u>INSC. ESTADUAL: ISENTO</u>  <u>END: Av. Marechal Câmara, 314 – Centro/RJ.</u></p>								
DATA / /			FIRMA PROPOENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL							



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO ART. 7º, XXXIII  
DA CF/88  
PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**

**DECLARAÇÃO**

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 024/2017, promovido por essa Defensoria, na Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, que a empresa \_\_\_\_\_ ( Nome Completo ) – CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede ( ou domicílio ) no ( endereço completo ), por mim representada, não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 ( dezoito ) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 ( dezesseis ) anos, em obediência ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

( assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade )

NOTA: Se for o caso, o licitante deverá declarar também que possui menores de 14 (catorze) anos em seu quadro funcional na categoria de aprendiz.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ANEXO IV**

**CONTRATO Nº. \_\_\_\_/2017**

**CONTRATO DE SERVIÇO CONTINUADO DE TRANSPORTE DE DADOS E ACESSO À INTERNET DE ACORDO COM CONSUMO, INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE NECESSÁRIO PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DA SOLUÇÃO, BEM COMO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, GERÊNCIA E SUPORTE, CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO E A EMPRESA \_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO:**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – DPRJ, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ sob o nº. 31.443.526/0001-70, com sede à Av. Marechal Câmara 314, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20.020-080, representada neste ato pela Secretária Geral, **DRA. MARCIA CRISTINA CARVALHO FERNANDES**, e a empresa \_\_\_\_\_, situada à Rua \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da carteira de identidade nº. \_\_\_\_\_ expedida pelo \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato de **serviço continuado de transporte de dados e acesso à internet de acordo com consumo**, com fundamento no processo administrativo nº E-20/001/539/2017, decorrente do Pregão Eletrônico nº.PE-024/17, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e alterações, Lei Estadual nº 287 de 04 de Dezembro de 1979 e Decretos Estaduais nº 3.149/80, de 28 de abril de 1980 e 42.301 de 12 de fevereiro de 2010 e do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente CONTRATO tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE TRANSPORTE DE DADOS E ACESSO À INTERNET DE ACORDO COM CONSUMO, INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE NECESSÁRIO PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DA SOLUÇÃO, BEM COMO OS SERVIÇOS DE**



## **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, GERÊNCIA E SUPORTE**, na forma do Termo de Referência e do Edital, partes integrantes do instrumento convocatório.

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de 31 (trinta e um) meses, sendo 30 (trinta) dias da solicitação de instalação do circuito (equipamentos e serviços) contados a partir de \_\_\_/\_\_\_/2017, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Além das obrigações previstas no Termo de Referência, anexo deste instrumento, a CONTRATANTE deverá, ainda:

#### **CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 3.1** Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- 3.2** Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- 3.3** Exercer a fiscalização do contrato;
- 3.4** Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização do objeto licitado.
- 3.5** Receber provisória e definitivamente o objeto do CONTRATO nas formas definidas no Termo de Referência – TR (Anexo I).
- 3.6** Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas.
- 3.7** Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e ampla defesa.
- 3.8** Responder pelas consequências de suas ações ou omissões.
- 3.9** Disponibilizar todas as suas normas e padrões de segurança adotado.

### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além das obrigações previstas no Termo de Referência, anexo deste instrumento, a CONTRATADA deverá, ainda:

- 4.1** Manter, durante toda a duração deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

## **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- 4.2 Informar ao Contratante os dados necessários para o gerenciamento adequado da rede, conforme previsto no item 15.6 do Anexo I.
- 4.3 Prover os serviços de instalação e desinstalação, sem ônus para o Contratante.
- 4.4 Indicar o Gerente responsável e seu substituto pela execução deste Contrato.
- 4.5 Manter um suporte assistido nas instalações do Contratante (Defensoria Pública do Rio de Janeiro – Av. Marechal Câmara, nº314, Centro - RJ) de 09:00 as 18:00 h, de segunda a sexta-feira, podendo se estender em caso de necessidade de serviço.
- 4.6 Atender os serviços de gerência de rede, conforme item 15.6 do TR, no caso do vendedor do LOTE 1.
- 4.7 Aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto licitado, até o limite previsto no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8666 de 21/06/1993;
- 4.8 Sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes;
- 4.9 Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do CONTRATO e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pelo órgão CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2017, assim classificados:

Natureza das Despesas:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

### **CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO**

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 7.1 O CONTRATO deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 7.2** A execução do CONTRATO será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pela 1º Secretaria Geral.
- 7.3** O objeto do CONTRATO será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:
- 7.3.1** Provisoriamente, após parecer circunstanciado da Comissão a que se refere o item 7.2, que deverá ser elaborado no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a entrega do serviço;
- 7.3.2** Definitivamente, após o parecer circunstanciado da Comissão a que se refere o item 7.2, que deverá ser elaborado no prazo de 07 (sete) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.
- 7.4** O representante do CONTRATANTE, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do CONTRATO, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à Autoridade Superior, em 10(dez) dias, para ratificação.
- 7.5** A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.
- 7.6** A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do CONTRATO não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter a fiscalização própria.

**CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no PARÁGRAFO SEGUNDO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PARÁGRAFO QUARTO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO QUINTO** – No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

**CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), em parcelas faturadas mensalmente mediante apresentação da Nota Fiscal contendo os serviços executados no período, de acordo com demanda em até 30 (trinta) dias após a ateste, diretamente na conta corrente nº \_\_\_\_, agência \_\_\_\_, de titularidade da **CONTRATADA**, no **BANCO** \_\_\_\_\_.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestaçāo, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura aos Fiscais do CONTRATO que, atestado o cumprimento satisfatório do objeto, encaminhará à Administração e Finanças – DAF, sito à Av. Marechal Câmara, nº 314, Centro, Rio de Janeiro, RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no PARÁGRAFO SEGUNDO da CLÁUSULA OITAVA, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**PARÁGRAFO SEXTO** – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M/FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003

**PARÁGRAFO NONO** - Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IGP-M/FGV, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei nº. 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei nº. 10.192, de 14.02.2001.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo §1º, art. 56 da Lei nº. 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5 % (cinco por cento) do valor do Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Nos casos em que os valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**PARÁGRAFO QUARTO** – O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O **CONTRATANTE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na Cláusula Quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à **CONTRATADA** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a)** advertência;
- b)** multa administrativa;
- c)** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública e;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a)** a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do caput, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b)** a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do caput, será imposta pelo próprio Defensor Público Geral ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Defensor Público Geral.
- c)** a aplicação da sanção prevista na alínea d, do caput, é de competência exclusiva do Defensor Público Geral.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A multa administrativa, prevista na alínea b, do caput:



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- a)** corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b)** poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c)** não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d)** deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e)** nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à **CONTRATADA** quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do caput:

- a)** não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b)** sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c)** será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo quinto, da cláusula oitava.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PARÁGRAFO NONO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** – Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - As penalidades serão registradas pela **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** – Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do caput, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATADA**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, de 2017.

**DRA. MARCIA CRISTINA CARVALHO FERNANDES**  
Secretaria Geral  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

**CONTRATADA**

Testemunhas:

1 - \_\_\_\_\_

CPF:

2 - \_\_\_\_\_  
CPF:



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº  
33.925/2003  
PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**

**DECLARAÇÃO**

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 024/2017, promovido por essa DPRJ, na Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, que a firma \_\_\_\_\_ ( Nome Completo ) – CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede ( ou domicílio ) no ( endereço completo ), por mim representada, atende ao disposto no . Decreto Estadual nº 33.925/2003, apresentando um efetivo de \_\_\_\_\_ empregados

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

( assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade )



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

.....(razão social do licitante)  
inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a.) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no subitem 12.9 do Edital do Pregão Eletrônico nº 024/2017, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa.

Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretendem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ANEXO VII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**  
**E-20/001/001/539/2017**

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO), doravante denominado LICITANDO, para fins do disposto no **item 15.2.1** do **Edital Nº 024/2017**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **E-20/001/539/2017**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **E-20/001/539/2017**, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **E-20/001/539/2017**, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **E-20/001/539/2017**, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** antes da abertura oficial das propostas e;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

( assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade )



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo nº. E-20/001/539/2017  
Data: 14/03/2017 Fls. \_\_\_\_\_  
Rubrica: \_\_\_\_\_

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE**

Local e data

À

**Comissão de Pregão**

a/c Sr.

**Pregoeiro (a)**

Referente	ao	Pregão	Eletrônico	DPRJ	nº	
						024/2017,

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na(endereço completo) , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

---

**ENTIDADE**

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas) **CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ** (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)